# Diferentes formas de participação política em prol do Desenvolvimento





### Ficha Técnica

**Título:** "Diferentes formas de participação política em prol do Desenvolvimento"

Edição: AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

**Autor:** Filipe Silva Fernandes

Coordenação e revisão científica: Maria Antónia Barreto e Clara Carvalho

Revisão linguística: M. Antonieta Pires

**Design Gráfico e Paginação:** Nuno Silva

**Ano:** 2022

Copyright © AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global e @Iscte

Estudo foi realizado no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global" (2ª Ed.), cofinanciado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e promovido pela AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, tendo como parceiros a Câmara Municipal de Santarém, o Centro de Estudos Internacionais do Iscte-IUL, o Centro de Juventude de Lisboa (CJL) do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), a DYPALL Network e a Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), além de contar com o apoio da MyPolis.

Disclaimer: Porque defendemos a igualdade entre mulheres e homens como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê "o" na referência à pessoa deve ler-se também "a", sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela representatividade e inclusão também na escrita.













Promotor:

Parceiros:













# Índice

Sumário Executivo	4
Resumo	7
Introdução	8
Revisão da Literatura	11
Participação Jovem	12
Cidadania, Cidadania Digital e Cidadania Global	21
Educação para o Desenvolvimento	27
Cooperação Portuguesa	32
Síntese	39
Metodologia	40
Apresentação e Análise de Resultados	44
Conclusão	64
Recomendações finais	66
Bibliografia	70
Anexos	75

# Sumário Executivo

O presente Estudo teve como objetivo o levantamento e a compreensão da realidade atual em relação à participação social e política dos jovens em Portugal. Além do foco geral no seu envolvimento em organizações de índole social e político –partidos políticos e suas respetivas juventudes partidárias (quando elas existem), Associações de Estudantes (de Ensino Superior) e demais Associações Cívicas – direcionámos, também, a nossa atenção em torno de conceitos como a Cidadania Global, a Educação para o Desenvolvimento e a Cooperação Portuguesa. Deste modo, questionamo-nos sobre o que motiva os jovens a participarem e quais os temas que mais lhes interessam.

Após o levantamento da revisão da Literatura, compreendemos que, ao nível da participação dos jovens, é um traço transversal por todos os países europeus que eles se relacionem pouco com organizações políticas, preferindo, na sua maioria, colocar-se fora delas e desempenhar funções sociais por outras vias como a participação em manifestações e o ativismo. No entanto, quando comparando os níveis verificados entre os diferentes países europeus, verificamos que é habitual os jovens portugueses serem dos menos intervenientes nestas últimas duas modalidades de participação, o que espelha os baixos níveis de envolvimento de toda a sua população, ou seja, ainda que os jovens portugueses participem pouco, o resto da população portuguesa também não toma parte.

O jovem português, nos dias de hoje, vê-se a si e aos outros cada vez mais como "cidadãos do mundo" devido a uma proximidade entre indivíduos que, através de redes globais de comunicação, promovidas pela facilidade do acesso ao mundo virtual, se aproximaram e começaram a ter um mais amplo conhecimento da realidade de outras regiões do globo. Foi-se, assim, desenvolvendo uma noção crescente, assente na responsabilidade individual para a prossecução de soluções para problemas globais, o que não acontece apenas pela maior informação e sensibilidade das pessoas aos problemas que afetam outras regiões do globo, mas, principalmente, devido a questões globais (como o Clima e os Direitos Humanos) que, por sua vez,

exigem respostas também elas globais, as quais fazem parte, cada vez mais, das preocupações dos jovens.

A promoção da Educação para o Desenvolvimento e da Cooperação Portuguesa tem sido uma realidade de vários Governos, em Portugal, com o propósito de avançar no cumprimento de objetivos formulados por organizações internacionais como as Nações Unidas e reforçar, concomitantemente, as relações diplomáticas, políticas, económicas e culturais de Portugal com países do Sul Global.

Foi promovida uma série de 24 entrevistas (todas por via Zoom) com jovens portugueses até aos 30 anos, cada um pertencente a uma organização específica, entre as quais os partidos políticos, as Associações de Estudantes de Ensino Superior e, ainda, demais Organizações Cívicas. Conjuntamente, difundimos um Questionário pelas organizações entrevistadas e, também, o promovemos, amplamente, nas redes sociais (nomeadamente o *LinkedIn*, o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*). Tendo obtido 262 respostas, considerámos que, no global, foi alcançada uma amostra de dados que nos permite, com confiança, realizar uma série de inferências com base na análise dos dados que obtivemos.

As conclusões da análise dos dados obtidos indica que: os jovens que integram este projeto se revelaram muito participativos, social e politicamente; a maioria tende a caracterizar a participação social e política da generalidade dos jovens portugueses como sendo "baixa" ou "razoável"; os jovens sentem-se cada vez mais atraídos a participarem, de forma informal, através de manifestações e do ativismo, sendo este a melhor estratégia de mobilização da juventude; os jovens mobilizam-se, cada vez mais, em torno de temas imateriais, como se reflete nos Direitos Humanos, Racismo, Clima e Igualdade de Género; a participação dos jovens é feita, cada vez mais, no universo online, com as redes sociais a tornarem-se o seu meio predileto de atuação; os jovens, sentem-se cada vez mais próximos do ativismo e, cada vez mais, afastados das organizações políticas. Por sua vez, consideram que os atores políticos são, também, responsáveis por este afastamento, apontando para a necessidade de promoverem maior auscultação dos jovens e das suas necessidades; os jovens demonstram um sólido conhecimento em relação a questões globais, nomeadamente em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Cidadania Global, mas têm pouco conhecimento formal no que tem a ver com a Educação para o Desenvolvimento, ainda que se demonstrem próximos e interessados na sua aplicabilidade.

Atendendo ao testemunho dos jovens, denotamos que, ainda que estando cada vez mais afastados de modos formais de participação social e política, procuram espaços em que possam ser ouvidos e em que consigam promover atividades com foco nos seus interesses, cada vez mais globais. Recomendamos, pois: que os decisores políticos estejam mais atentos ao trabalho que diversas ONGD vão desenvolvendo, dado que elas se têm aproximado bastante dos interesses dos jovens bem como recorram a uma maior promoção de questões relacionadas com a Educação para o Desenvolvimento e a Cooperação Portuguesa, dada a falta de conhecimento geral evidenciada; aos atores políticos, que promovam verdadeiras políticas de auscultação e de proximidade aos jovens, visto que eles demonstram vontade em participar ativamente nos processos de debate; os partidos políticos (e as suas juventudes partidárias, quando aplicado) devem promover reformas internas que permitam elevar uma real capacidade de expressão dos jovens dentro das suas estruturas, devendo, ainda, promover uma maior aproximação às organizações cívicas; as organizações cívicas devem promover uma maior aposta em temas de índole global, não se focando apenas em questões nacionais, aproveitando melhor a consciencialização global dos jovens portuqueses, devendo, também, promover mais colaborações entre si, como forma de impedir uma dispersão desnecessária dos seus públicos-alvo; as Associações de Estudantes do Ensino Superior devem desenvolver atividades em conjunto com outras Associações de Estudantes de universidades dos PALOP, dado o número crescente de estudantes oriundos deste conjunto de países a estudarem em universidades portuguesas; por último, mesmo que não tendo sido incluídas neste Estudo, as Organizações de Estudantes do Ensino Superior devem promover, junto das suas respetivas escolas, o seu envolvimento em programas como o Parlamento de Jovens e o Parlamento Europeu Jovem (entre outras entidades deste género).

## Resumo

Este Estudo visa averiguar e compreender qual o estado atual da participação social e política dos jovens portugueses em torno das questões da Cidadania Global, da Educação para o Desenvolvimento e da Cooperação Portuguesa. Para apurar o envolvimento dos jovens em questões de índole global, promovemos um Estudo que vai ao encontro da juventude e das organizações, para que, através da recolha de informação através de entrevistas e questionários, verificarmos quais os seus principais interesses. Constatámos a tendência dos jovens para o afastamento de plataformas e atores formais, por confiarem cada vez menos nas organizações. Por outro lado, os jovens tendem a envolver-se em manifestações pontuais e espaçadas no tempo, alterando, frequentemente, a temática em causa e com a participação digital a ser, cada vez mais preponderante, em detrimento de um envolvimento presencial, constante e comprometido. Os interesses dos jovens portugueses são cada vez mais direcionados para questões imateriais e de nível global, em desfavor de questões mais materialistas, locais e quotidianas. O conhecimento da Educação para o Desenvolvimento é, muitas vezes, indireto, mas desperta o interesse dos jovens.

### **Conceitos-Chave:**

Participação Jovem – Cidadania Global – Educação para o Desenvolvimento – Cooperação Portuguesa – Novas tecnologias – Política.

# Introdução

O presente Estudo intitula-se "Diferentes formas de participação política em prol do Desenvolvimento", sendo parte integrante do Projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global", atualmente na sua segunda edição. A primeira foi realizada em 2017, focada nas organizações do concelho de Loures. O presente Estudo propõe-se dar uma perspetiva nacional, abrangendo diversas organizações espalhadas por Portugal (desde o Continente às Regiões Autónomas).

Este projeto é promovido pela AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global, cofinanciado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., e conta, ainda, com as seguintes parcerias: Conselho Nacional da Juventude (CNJ); Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ); Associação para o Desenvolvimento da Participação dos Jovens a Nível Local (DYPALL); Câmara Municipal de Santarém; Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte) e o Centro de Juventude de Lisboa (CJL) do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ).

Este Estudo visa averiguar e compreender qual o estado atual da participação social e política dos jovens portugueses em torno das questões da Cidadania Global, da Educação para o Desenvolvimento e da Cooperação Portuguesa. Para isso, propomo-nos responder a determinadas questões, tais como: Que temas mobilizam os jovens? De que forma se mobilizam? Que atenção têm os jovens dado a questões de Cidadania Global? Que atenção têm os jovens dado a questões de Educação para o Desenvolvimento? Que atenção têm os jovens dado a questões da Cooperação Portuguesa?

Com as respostas a estas questões, alcançaremos uma melhor e mais abrangente compreensão do panorama nacional geral em torno do envolvimento dos jovens nestas temáticas, cada vez mais promovidas em sede de Organizações Internacionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU) – e cujos países começam a formular políticas públicas com o objetivo de prossecução daquilo que estas mesmas temáticas representam.

Avançar com estudos desta natureza é de enorme relevância e com um interesse que alcança diferentes dimensões. Determinadas problemáticas assumem uma característica cada vez mais global. São inúmeros os desafios que o Planeta enfrenta e em relação aos quais os países precisam de dar respostas coordenadas entre si, sendo improvável ou mesmo impossível que um único país, mesmo que implementando fortes políticas públicas para dar resposta a determinada problemática, consiga resolver um problema que assume características globais. Mesmo que um determinado problema possa, eventualmente, ser associado a uma circunscrição específica, as suas causas e os seus efeitos podem alastrar-se a diversas faces do globo. O multilateralismo entre nações representa isso mesmo: compreendeu-se que, em diversas temáticas e com particular enfoque no desenvolvimento da globalização, as negociações deveriam colocar "à mesa" diversos países e diferentes atores. Não só os Estados têm o papel de negociar entre si acordos e respostas a determinadas problemáticas globais como também é cada vez maior o número de Organizações Não-Governamentais (ONG) que se envolvem na discussão e produção de propostas de respostas a essas problemáticas.

Dadas as diferentes naturezas de cada ONG, as questões da Educação para o Desenvolvimento e da Cidadania Global requerem a participação e o envolvimento de um tipo específico de organizações. Neste caso, abordamos o envolvimento das chamadas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), como é o caso da AIDGLOBAL. É do nosso entendimento que as questões relacionadas com a Cidadania Global e a Educação para o Desenvolvimento estão a começar a ganhar maior destaque no espaço do envolvimento social e político. No entanto, é ainda notória a falta de espaço mediático que estas questões têm, num sentido formal dos conceitos que representa. Ou seja, este Estudo parte da seguinte premissa: propomo-nos registar e verificar um envolvimento considerável da parte dos jovens nos temas da Cidadania Global e da Educação para o Desenvolvimento, ainda que seja possível que não exista um conhecimento aprofundado, com foco nas definições destes conceitos. Esperamos, deste modo, verificar uma espécie de "consentimento tácito" entre os interesses dos jovens e aquilo que estes dois conceitos representam. Mesmo perante uma possível falta de conhecimento teórico, existe um envolvimento prático naquilo a que os conceitos dizem respeito.

Independentemente da confirmação, ou não, da nossa premissa, o objetivo deste Estudo passa por conseguir providenciar um balanço geral e confiável da realidade em torno do envolvimento dos jovens em questões da Cidadania Global e da Educação para o Desenvolvimento. De seguida, caso a realidade não corresponda aos níveis de envolvimento que consideramos serem vantajosos para a abordagem destas questões – cada vez mais fundamentais nos dias que correm – é nossa intenção apresentar uma série de recomendações que se coadunem com as necessidades que venhamos, eventualmente, a encontrar.

Por todos estes motivos, acreditamos que a elaboração deste Estudo ajuda a dar resposta a um espaço deixado vago por outros estudos relevantes conduzidos em Portugal, tendo em vista a averiguação e compreensão da participação cívica e política no país. Muitos estudos são bastante elucidativos sobre o caráter geral da participação dos jovens portugueses (nomeadamente, os mais recentes trabalhos promovidos pela Fundação C. Gulbenkian¹). O nosso Estudo versa uma questão menos abordada, que se prende com o envolvimento direto das organizações e dos jovens nas questões de caráter global, acima referidas. Este é, portanto, o principal contributo que pretendemos oferecer à sociedade portuguesa.

### A estrutura do presente Estudo é a seguinte:

Faremos o devido levantamento da revisão da literatura em relação aos conceitos-chave a aplicar na elaboração deste Estudo. De seguida, abordaremos a metodologia de recolha e análise de dados assim como a composição da amostra. Seguir-se-á a apresentação dos resultados, a sua análise e comentários, antes das conclusões. Por último, após a nossa premissa ser verificada, apresentaremos propostas sobre como aprofundar a relação dos jovens com as questões da Cidadania Global e da Educação para o Desenvolvimento.

<sup>1</sup> Todos os relatórios/estudos têm como título principal "A Participação Política da Juventude em Portugal. Os respetivos subtítulos são: "A participação política vista por dentro"; "As juventudes partidárias e os movimentos associativos"; "Formas emergentes de participação: Etnografia *online* com coletivos ativistas"; e "Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019".

# Revisão da Literatura

Neste capítulo do estudo, refletiremos sobre os conceitos de maior pertinência para o desenvolvimento da pesquisa. O nosso objetivo passa por apresentar ao leitor um enquadramento das temáticas que nos propomos abordar, tanto numa perspetiva teórica – em termos da Literatura já produzida em torno dos mesmos temas – assim como numa perspetiva mais empírica, com as conclusões a que diferentes estudos chegaram, em relação a esses mesmos temas.

Propomo-nos, pois, aprofundar o nosso conhecimento em temas como a participação dos jovens, a Cidadania Global, a Educação para o Desenvolvimento e, ainda, as questões da Cooperação Portuguesa. Esta combinação de temas vai configurar o panorama geral, através do qual toda a análise de conteúdo (cuja apresentação dos moldes em como foi levada a cabo será explanada, posteriormente) se orientou.

Este capítulo estará, portanto, organizado em diferentes subcapítulos, em que abordaremos cada um desses conceitos bem como as suas implicações.

# Participação Jovem

No geral, os jovens portugueses são um bom exemplo daquilo que é a cultura de participação dos adultos portugueses. O povo português não tem particular hábito de participação e Ramos (2004) defende que o próprio "passado histórico" do país não propicia a participação política dos seus cidadãos, havendo já uma considerável panóplia de estudos e projetos de investigação que comprovam o facto de que não só os Europeus do Sul têm menores hábitos de participação na vida social e política (particularmente, ao nível desta última) do seu país como os portugueses tendem a registar índices de participação ainda menos elevados. Braga da Cruz (1985) já havia denotado esta tendência, referindo a "aculturação política dos portugueses em geral", como forma de compreensão dos baixos níveis de participação jovem. Tendo em consideração a data de 1985, em que Braga da Cruz chegou a esta conclusão, e considerando aquela que será a perceção mais comum da participação juvenil, no ano de 2022, data em que este Estudo está a ser realizado, podemos presumir que a perceção de hoje será (mais ou menos) compatível com as conclusões anteriores.



Escola de Política - Participar para a Cidadania Global. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Maio, 2022). Foto: Miguel Carvalho, IPDI, I.P.

No sentido de comprovar esta visão, é de lembrar que já na década de 2010-2020, a Fundação Calouste Gulbenkian promoveu uma série de estudos que se focaram, precisamente, na participação dos jovens. Esta série, com título geral "A Participação Política da Juventude em Portugal", focou diferentes vertentes dessa participação. O investigador Pedro Magalhães conduziu um desses estudos, com o subtítulo "Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019". Volvidos vários anos desde a análise feita por Braga da Cruz, esse Estudo chegou a conclusões interessantes: dentro do tempo considerado, os jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade) voltaram a demonstrar que são menos participativos em comparação com os jovens da mesma idade a nível europeu, sendo esta diferença sentida nos dois níveis de participação: a participação formal e a não-formal. Ainda assim, registou-se, também, uma subida na participação política dos jovens, colocando-os ao mesmo nível da participação da restante população portuguesa, pelo menos, no que à participação não-formal diz respeito (Ferreira et al., 2017).

Em que consiste a participação formal e a participação não-formal? Que diferença fazem aos jovens? Porque é que os jovens tendem a participar mais de uma forma em vez da outra? Estas são algumas questões a que nos propomos responder.

O Sistema Político Português assenta numa Democracia Representativa. Este modelo é caracterizado pela relação entre determinados atores políticos, com destaque para o papel dos partidos políticos, enquadrados no funcionamento das instituições em que tomam lugar e dentro das quais ocorrem os processos de tomada de decisão que vão moldar a vida pública da sociedade e, pela qual, são igualmente responsáveis e responsabilizados. Na realidade portuguesa, o conceito de participação formal assenta no envolvimento dos indivíduos com as entidades encarregadas de os representar dentro das instituições políticas. Ou seja, quanto mais os indivíduos (para efeito do nosso Estudo, os jovens) se relacionarem com os partidos políticos e quanto mais procurarem ter um papel ativo nos processos de tomada de decisão maior será o índice de participação formal. A participação não-formal tem características diferentes, na medida em que é moldada pelo envolvimento dos indivíduos em práticas individuais ou coletivas (em associações de

diversa natureza) que não intervêm diretamente nos processos de tomada de decisão.

A literatura sobre a participação social e política dos jovens é particularmente explícita sobre o tipo de envolvimento dos jovens portugueses. Por um lado, reconhece que a sua participação formal tem vindo, consecutivamente, a baixar e, por outro lado, realça que a participação não-formal tem vindo a subir. Resta saber os níveis em que cada uma delas se posiciona.

Em relação à participação formal, os estudos produzidos por Manuel Braga da Cruz, em conjunto com a série de estudos produzidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, voltam a ser um bom ponto de partida. O primeiro autor reflete sobre a participação formal dos jovens, com particular enfoque no seu envolvimento nas estruturas juvenis dos partidos políticos – as juventudes partidárias: "As organizações partidárias de juventude são os grandes instrumentos de mobilização e canalização da participação política dos jovens" (Braga da Cruz, 1990:248). As juventudes partidárias são, ainda hoje, caracterizadas pela sua relação algo ambivalente com as estruturas partidárias, nas quais, em última instância, estão inseridas. Se é verdade que gozam de estatuto de alguma autonomia do partido em que se inserem, não é menos verdade que esta autonomia está fortemente condicionada pelo grau de financiamento que os próprios partidos disponibilizam às suas estruturas de juventude. Do mesmo modo, elas procuram assegurar a sua representação nas listas que os partidos apresentam às diversas eleições (das autárquicas às legislativas, com menor ênfase ao nível das europeias). Deste modo, os jovens veem vantagens em participar nos partidos políticos assim como os partidos veem benefícios em aproximar os jovens e as estruturas juvenis das estruturas da "casa-mãe". Por um lado, os jovens representam uma valiosa mão-de-obra para os partidos políticos, por outro, as suas posições nos partidos políticos podem assegurar-lhes cargos e carreiras políticas, dependendo da sua maior ou menor representação institucional dentro das próprias estruturas partidárias. Numa perspetiva académica, alguns estudos já abordaram as razões que estavam na base da motivação dos jovens em aderirem a um partido político: Bruter & Harrison (2009) referem a existência de fatores morais – na perspetiva altruísta de ver nos partidos um espaço de promoção de ideias com vista à melhoria da qualidade de vida geral; sociais - dada a possibilidade que confere aos jovens de conhecerem e se relacionarem com outros jovens que partilham ideais e ideias

semelhantes e, também, profissionais – por conferirem a possibilidade de eles procurarem uma carreira política proporcionada pelo partido em que estão inseridos.

O número de jovens envolvidos e militantes de partidos políticos (incluindo, neste exercício, as juventudes partidárias) tem reduzido a sua participação com o avançar dos anos. Atualmente, já se constatou a queda dos valores da militância partidária (Mair et al., 2011), sendo apelidada de "crise" dos partidos" (Costa Pinto et al., 2015). As razões para tal, entretanto, também já foram evidenciadas ao longo de diferentes estudos: Costa Lobo et al. (2015) alertava para a redução das identidades partidárias, com os cidadãos (transversal aos jovens, mas que, por força das circunstâncias, não deixa de incluir os jovens) a diminuírem o seu grau de compatibilidade com os partidos políticos, o que acontece devido à crescente deterioração da imagem da própria atividade política, incluindo os atores individuais e as instituições bem como, novamente, os partidos políticos (Magalhães, 2005), promovendo uma cada vez maior quebra da confiança dos jovens em relação às estruturas que sustentam o atual sistema político, como as elites políticas e as instituições através das quais estas atuam (Augusto, 2008). Uma queixa adicional dos jovens tem a ver com o facto de considerarem que os partidos políticos não executam estratégias eficazes de comunicação para se tornarem mais aliciantes para eles (Costa & Silva, 2022). Este é já um sentimento bastante comum, detetável nas conversas entre jovens. A imagem negativa cada vez mais cimentada está na base dos resultados obtidos num estudo promovido pela Universidade Católica Portuguesa (2014), em que 95% dos jovens inquiridos, que constituíram a amostra, afirmaram que os partidos políticos seriam as organizações que mais precisavam de mudar, de forma a conseguirem promover um futuro melhor para Portugal.

A participação dos jovens em associações juvenis também tem acompanhado a tendência de queda de participação em partidos políticos/juventudes partidárias. Ainda que a participação em associações permita potenciar a presença e o sentimento de responsabilidade de participar por parte dos jovens que nelas se envolvem, com dedicação, o seu impacto positivo na promoção da participação cívica e política fica altamente reduzida, atendendo ao facto de elas apenas serem capazes de mobilizar "uma pequena parte do universo juvenil" (Ferreira, 2008: 122).

Por último, no que ao exercício do voto diz respeito, a participação formal, também, é afetada pelo "efeito de contágio" que o ato de não votar pode ter entre os jovens. Magalhães (2008) evidenciou que a decisão de não votar, por parte de um jovem, pode ser influenciada pela decisão do grupo de indivíduos que o rodeia, gerando-se uma evidente bola de neve, em que a subida da abstenção entre os eleitores jovens tende, apenas, a incentivar à continuidade de subida dos valores da própria abstenção.



Jovem exercendo o direito ao votar. Foto: Horácio Villalobos

Até aqui, estudos que utilizavam questões de perceção dos jovens, apresentavam resultados curiosos. É comum considerarem que são pouco participativos, ao mesmo tempo que continuam a reconhecer a importância da participação formal. No entanto, perante as questões acima evidenciadas, o que gera um natural ceticismo dos jovens para com esta forma de participação denota a tendência crescente de este grupo social optar por participar através de outras vias, nomeadamente as não-formais (Fernandes-Jesus et al., 2022).

A participação não-formal tem recolhido cada vez mais "seguidores" entre os jovens. Dentro deste tipo de participação, encontramos atividades como a adesão a manifestações (o ativismo, se essa adesão assumir uma forma contínua), a assinatura de petições, o boicote (podendo visar determinados produtos, eventos, etc.), o envolvimento em iniciativas promovidas por organizações cívicas com vista a incentivar à participação social e política dos cidadãos, entre outras. Com a perceção de que a via formal não conferia o espaço ou a atenção desejada, os jovens começaram a voltar-se para outros tipos de atividades, em que a sua atuação lhes dava uma sensação, mais direta e palpável, da importância da sua participação.

Nos últimos anos, os jovens portugueses têm-se dedicado, de forma mais perseverante, à participação não-formal. Recuperando a comparação inicialmente feita com os restantes jovens europeus, os portugueses voltam a destacar-se pelos seus baixos índices de participação (Sloam, 2016). No estudo que realizou, o investigador desenvolve um critério que coloca os jovens portugueses no último lugar da tabela de entre os 15 países europeus que analisou. Tendo em conta categorias como a "utilização de emblemas", "assinatura de petições", "adesão a boicotes" e "participação em manifestações" (enumerando apenas aquelas que se inserem na categoria de participação não-formal), verifica-se que Portugal fica bastante abaixo da média europeia (a média global foi de 123, com Portugal a registar apenas 64, num total de 500 pontos possíveis) (Sloam, 2016: 526).

Reconhecendo a falta de cultura política dos jovens portugueses – aliada às questões que já percorremos neste subcapítulo – é necessário que sejam criadas possibilidades para que experienciem o exercício da participação cívica e política de uma forma positiva (Azeredo, 2013). Potenciar e dinamizar experiências de caráter mais formal (como a participação em Conselhos Municipais de Juventude) ou não-formal (como a participação no programa Parlamento dos Jovens) podem revelar-se boas estratégias para aproximar os jovens. Podem ser um importante contributo para a melhoria dos níveis de participação dos jovens portugueses (Albernaz, 2020), de forma a aproximarem-se dos níveis registados em vários outros países europeus. Do mesmo modo, Pruitt (2017) faz notar que, embora a participação dos jovens seja cada vez mais associada a atividades informais, ainda há uma grande parte deles que desejam ser mais ouvidos pelos atores políticos.

Dentro da participação não-formal, há um determinado espaço que tem vindo a ganhar cada vez mais notoriedade e preponderância ao longo da evolução verificada no século XXI: o espaço virtual. A internet e os diferentes meios de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são "espaços" em que os jovens podem, com relativa facilidade, estabelecer networks, produzir conteúdo e conquistar uma audiência. Não só a participação é facilitada como também é incentivada através dos algoritmos que tendem a captar a atenção das pessoas, de forma a alcançarem mais 'gostos'. A proliferação destas tecnologias, evoluindo de forma notória em que o seu acesso é cada vez mais promovido e generalizado, tornou-se num canal de destaque para a participação dos jovens, propiciando a informação (tanto em termos da quantidade que é produzida, refletindo diferentes temas alcançáveis bem como em termos da velocidade estonteante com que é disseminada). O espaço do *online* torna-se, assim, numa "fonte de estruturação das relações de poder" (Castells, 2009: 50), visto que potencia a aproximação dos cidadãos aos atores que desempenham um papel ativo nas tomadas de decisão, defendo o autor que isso melhora os mecanismos democráticos. Contrastando com a visão otimista de Castells, autores como Lourenço & Sebastião (2016) referem que a internet, apesar dos incentivos que possa gerar, pode não assegurar o interesse de indivíduos, além daqueles que já demonstraram ter predisposição para o envolvimento cívico e político no mundo offline. Já Kenski & Stroud (2006) e Dias (2014) argumentam que "a internet não vai aproximar mais jovens da política porque cada um tem a capacidade de escolher o conteúdo online que quer consumir". Logicamente, os dois argumentos aqui apresentados encontram-se em sintonia, como se estivéssemos a falar de uma relação conseguencial entre ambos: se um jovem não tiver interesse em questões políticas, então, poderá, facilmente, optar por não prestar atenção ao conteúdo digital produzido com caráter político, transpondo assim o seu desinteresse político do mundo offline para o mundo online. Ao longo do nosso Estudo, não vamos responder a esta questão deixando, desde já, este espaço e incentivo a futuras investigações/estudos que procurem elucidar-nos a este respeito.

Independentemente de tudo, a participação *online* dos jovens é cada vez mais significativa, aliada à questão do aumento da participação não-formal dos jovens, sentida, principalmente, a partir da década de 1980, com a subida do número de protestos políticos, defendemos como cada vez mais

verdadeira a afirmação de Pippa Norris (2002): os jovens "reinventaram o ativismo político" como forma de "canal de expressão e mobilização política". Os jovens encontram, neste espaço, a possibilidade de terem mais oportunidades para se envolverem com temas que lhes são mais próximos e relevantes.



Estudantes marcharam pelo clima e pelo fim dos combustíveis fósseis em Lisboa (Novembro, 2022). Foto: Nuno Ferreira Santos

Constatámos uma relação de causalidade entre a generalização da utilização da internet e o aumento do número de protestos políticos, bem como do próprio ativismo político. Campos et al. (2016) defendem o poder emancipatório e participativo da internet como uma ferramenta a jogar a favor dos ativistas. O seu trabalho fica mais facilitado com a difusão rápida de informação e comunicação no mundo *online*, conseguindo aumentar a sua audiência de outra forma, dependendo do contacto mais direto "de rua" que levaria mais tempo e mais esforços por parte dos agentes promotores de determinada demonstração de protesto. No entanto, os mesmos autores reconhecem a possibilidade de tal facilidade também promover a criação de bolhas que, posteriormente, podem contribuir para o acentuar do distanciamento

dos participantes face à realidade, gerando aquilo que, na literatura, ficou conhecido como "ativismo de sofá". Este conceito consiste na participação online em momentos de demonstração de protestos políticos, sem o complemento de uma participação presencial – tipo de atividade que se tem revelado uma tendência crescente entre os jovens (Fonseca, 2019). Compreendese, pois, que esta participação assenta na demonstração de uma opinião, a expressão de um apoio a algo ou, ainda, a assinatura de uma determinada petição (para dar apenas breves exemplos), encerrando por aqui a própria participação. Isto gera uma espécie de "mundo paralelo" em que o papel do ativista se resume a este tipo de expressões, sem que isso implique atividades físicas, o que pode colocar em causa qualquer tipo de vontade consequencial que possa estar na base destas demonstrações de protesto político. A participação *online* deve, pois, ser sempre seguida da sua transposição para participação offline, de forma que os benefícios da primeira se possam traduzir em maiores ganhos consequenciais, em vez de se ficarem por meras demonstrações informais de apoio ou protesto (Dahlgren, 2012).

# Cidadania, Cidadania Digital e Cidadania Global

O conceito de "cidadania" tem sofrido alterações à forma como é percecionado por parte dos indivíduos. Ser cidadão era ter um vínculo, acima de tudo, identitário e local, haver um determinado território circunscrito a uma nação que viria a conferir nacionalidade ao indivíduo, que passaria a beneficiar dos benefícios assim como passaria a ser responsabilizado por esse mesmo Estado, caso desrespeitasse as regras e leis pelas quais esse país se rege.

A noção de cidadania com base na ideia da nacionalidade é manifestamente insuficiente e demasiado simplista para compreendermos tudo o que este conceito abrange. Dentro dele, há sempre o pressuposto de que o exercício da cidadania é acompanhado pela participação ativa do cidadão na sociedade/comunidade que o acolheu. Na Antiga Grécia, o cidadão não era apenas o "homem livre", era, também, aquele que, por via da plenitude das suas capacidades (admitidas pela regência da polis), teria a obrigação, para com a sua própria cidade e população, de participar na sua administração. Dentro do espírito comunitário das Cidades-Estado da Antiga Grécia, o valor do ser humano estava, em larga medida, associado à sua prestação de serviços políticos e sociais dentro da sua comunidade. O cidadão, além de ter de assumir a responsabilidade de contribuir, de forma ativa, para ela, teria, também, de respeitar uma espécie de "código de conduta", através do qual o cidadão deveria nortear as suas ações. Ser cidadão era, por todas as exigências, um trabalho prestado pelo indivíduo à comunidade, circunscrita ao território da sua cidade, materializado em três grandes dimensões: a defesa territorial, preparando a defesa recorrente de ataques realizados por parte de exércitos de outras Cidades-Estado, a minimização das necessidades da população da sua comunidade e, por último, a regência da vida pública.

Apesar do avançar dos séculos bem como das necessidades populacionais e das circunstâncias mutáveis em torno da própria definição de Estado e do seu relacionamento com os seus cidadãos, a característica constante que

acompanha o exercício da cidadania prende-se com a participação política e cívica dos cidadãos. É necessário, pois, gerar mecanismos que incentivem a sua contínua participação, nomeadamente através da denominada "Educação para a Cidadania". Banks (2008) defende esta estratégia como uma forma de promover a participação dos jovens junto da sua comunidade, conferindo-lhes ferramentas necessárias para que desempenhem um papel mais ativo. O alcance de tal objetivo consistiria na formação de cidadãos mais atentos e interventivos nas diversas questões da vida pública.



Workshop sobre ODS e Cidadania Global na Universidade da Madeira, Funchal. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Novembro, 2022).

Isso pode ser praticado em contexto de sala de aula, sendo promovida nas diferentes disciplinas lecionadas. Ainda assim, com a crescente participação dos jovens noutros fóruns (nomeadamente, a nível da participação digital), fica claro que a Educação para a Cidadania se revelaria insuficiente se fosse restringida ao contexto das escolas. Em Portugal, desde logo, autores como Menezes et al. (2014) defendem que a Educação para a Cidadania não tem sido devidamente implementada, defendendo a existência de uma "utilidade instrumental" atribuída ao aproveitamento desta questão e, ainda, uma "conceção insuficiente" com a sua delimitação aos contextos de sala de aula, presentes no ensino obrigatório.

Uma outra vertente que merece ser alvo da nossa reflexão prende-se com a "Cidadania Digital". Com o avançar das tecnologias e com o seu acesso facilitado assim como com o desenvolvimento da globalização, novas noções globais passaram a ser incorporadas, de forma gradual, no leque de prioridades dos cidadãos. Hoje, "o discurso global é cada vez mais importante", atendendo a uma "perspetiva de cultura global" que a própria globalização acaba por promover (Robertson, 1992).

### Afinal: O que é Cidadania Digital?

Esta nova conceção de Cidadania não deixa de ter uma base semelhante às conceções anteriores referentes ao mesmo tema. Se atendermos à conceção inicial e basilar de cidadania, compreendemos que ela se aplica ao mundo digital. A Cidadania convencional e a Cidadania Digital têm três aspetos em comum: a "responsabilidade social", a "importância do cidadão se informar" e, ainda, o "exercício ativo e participativo do cidadão", pressupondo a aquisição, por parte dos cidadãos, "de competências, pensamento e modos de ação relacionados com o uso da Internet, que permitirá aos indivíduos compreender, navegar e interagir, de forma a transformar o próprio indivíduo, a comunidade, a sociedade e o mundo" (Choi, 2016). A Cidadania Digital é, portanto, a transposição do exercício de cidadania, como já a conhecemos, para o mundo digital, potenciada pela internet. O autor desenvolve ainda "quatro categorias de cidadania digital": ética; literacia de media e informação, resistência crítica e participação/envolvimento. A vertente ética refere-se ao uso ético de tecnologia, associada à responsabilidade e direitos digitais do utilizador. A vertente de literacia de media e informação refere-se à capacidade de acesso digital

e à capacidade do utilizador recolher e compreender informação. A vertente da resistência crítica refere-se à capacidade do utilizador questionar as estruturas de poder e materializar descontentamentos em atividades de protesto. Por fim, a vertente da participação/envolvimento refere-se à capacidade do utilizador se envolver em questões de foro político (por exemplo), de acordo com os seus interesses maiores.

Atendendo à continuidade das conceções básicas de cidadania serem transpostas para as conceções em torno da Cidadania Digital, compreendemos que a proliferação das TIC e a facilidade de acesso ao mundo *online* não produz novos cidadãos. Hoje, um cidadão muito ativo no mundo *offline* e no mundo *online* não é um cidadão diferente daqueles que faziam uso da sua cidadania, na Grécia Antiga. São, sim, cidadãos com práticas diferentes, por força das circunstâncias associadas à era em que cada um vive ou viveu (Hermes, 2006). Hoje, um cidadão que esteja a envolver-se em determinada atividade ou espaço de intervenção (como redes sociais), facilmente se consegue inserir numa comunidade, a qual pode ser composta inteiramente por indivíduos que a pessoa nunca conheceu física e materialmente, com as pessoas que estão nos outros ecrãs com quem pode partilhar imensos traços, nomeadamente opiniões, interesses, preocupações e até mesmo frustrações. Não é de descurar, portanto, a capacidade de a internet gerar novas comunidades *online* e a respetiva promoção da participação nesse mesmo espaço.

A Cidadania Digital é, pois, um incentivo à Cidadania Global. Morris & Oxley (2013) classificam esta última como "simbolização do afastamento da vertente nacional e aproximação da vertente global da cidadania".

A Cidadania Global incorpora uma problemática: como pode um indivíduo ser um "cidadão global", se a este globo (ou seja, mundo) não está associada uma determinada instituição que tenha as condições institucionais necessárias para lhe conferir o estatuto de cidadão? A esta questão, a resposta possível assenta na forma como a Cidadania Global, hoje em dia, é promovida: através da promoção da legitimidade de Organizações Internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), as quais fomentam valores e ações que devem ser respeitados e seguidos. Por esta via, a Cidadania Global procura incentivar a relação entre cidadãos de diferentes países, concedendo-lhes a ideia de que partilham um espaço (mais amplo) comum e, logo, que também partilham das responsabilidades subjacentes a



Workshop sobre ODS e Liderança Colaborativa no Instituto Politécnico de Santarém. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Março, 2022).

esse mesmo espaço (Schultz, 2007), o que leva a que se atribua uma maior primazia e destaque aos problemas globais, que desde o final do século XX – fruto também do desenvolvimento da globalização – têm merecido maior destaque nos planos político e investigação académica (Agbaria, 2011).

O universo *online* já permitiu o desenvolvimento de inúmeras atividades que propiciaram movimentos sociais, com o intuito de protestar sobre determinada situação ou apoiar eventuais propostas de solução (Isin & Ruppert, 2020). O desenvolvimento destas atividades permite aos indivíduos promoverem questões globais nas suas ações (podendo elas ser desenvolvidas, inclusive, para protestar em relação a uma situação ocorrida num outro país que não aquele em que eles se encontram). Do mesmo modo, também, potencia a promoção da participação dos indivíduos (com particular enfoque nos jovens) em organizações cívicas (Dahlgren, 2011),

para que se continue a promover determinada agenda do interesse dos envolvidos. Estas organizações podem interessar aos jovens por usarem um estilo pedagógico diferente na promoção das mesmas questões, dandolhes espaço para eles próprios serem os protagonistas e aprenderem de uma forma mais prática (Bennett et al., 2011). Adicionalmente, também possibilitam um envolvimento mais direto dos e entre os indivíduos que passam a compor estas redes, preenchendo o espaço acentuado pelo "défice comunicacional" existente entre eles e os representantes políticos, direcionados para a questão, cujo foco possa estar em causa, conforme aponta Cabral (2000).



Marcha pelo Dia Internacional das Mulheres, em Lisboa (Março, 2020). Foto: Gabriel de Rezende

# Educação para o Desenvolvimento

Como referimos, no subcapítulo anterior, a noção de Cidadania tem sofrido alterações. O cidadão alargou o seu leque de responsabilidades (ou, pelo menos, aumentou o espaço pelo qual sente que tem responsabilidade), abandonando uma perspetiva puramente local e seguindo uma via cada vez mais abrangente, ou seja, cada vez mais global, o que se relaciona com a evolução da própria noção de "desenvolvimento", que se tornou numa temática crucial para a ação dos países.

Atendendo às consequências e às circunstâncias da política internacional no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, Amaral (2017: 80) apresenta quatro justificações para o aumento da atenção ao conceito de Desenvolvimento: "o desenvolvimento como pilar da reconstrução [da Europa] e da retoma do progresso", no sentido de promover o regresso da Europa à estabilidade, com o intuito inicial de reparar os danos causados pela Guerra; "o desenvolvimento como fundamento e suporte da Guerra Fria", como sendo uma base através da qual as duas grandes potências mundiais à época (os Estados Unidos da América e a União Soviética) fundamentavam e justificavam a sua ação externa e a expansão das suas respetivas esferas de influência; "o desenvolvimento como mote desejado de um mundo ansioso pela paz", acreditando que esta noção seria associada a mensagens de paz que prevenissem a proliferação de novas guerras – o desenvolvimento humano assentaria na capacidade de prevenir essas novas situações de confronto, especialmente atendendo aos enormes danos que as armas nucleares (então desenvolvidas) poderiam produzir e, por fim, "o desenvolvimento como um objetivo e uma justificação geral das intervenções do Estado", assente na proliferação da ideia de que, independentemente do tipo de regime político e económico de cada país, seria função do Estado intervir, quando necessário, de forma a assegurar a estabilidade económica e os apoios sociais às suas populações.

"Pelo cruzamento e combinação destes fatores, o desenvolvimento tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, um conceito de referência, um objetivo a atingir, um caminho a prosseguir, um sonho para muitos povos." (Amaral, 2017: 80). O conceito de "desenvolvimento" teve, assim, um novo e abrangente caminho para percorrer. Atribuindo novas competências e responsabilidades aos Estados, e também aos indivíduos, encontra-se intrinsecamente relacionado com a evolução da Educação para o Desenvolvimento.

Então, o que é Educação para o Desenvolvimento?

O estudo realizado no contexto da primeira edição do projeto "Jovens na Política", promovido, igualmente, pela AIDGLOBAL, ajuda-nos a compreender este conceito: A Educação para o Desenvolvimento assume-se como "educação que se debruça sobre as consequências da globalização e interdependências mundiais" (Lopes, 2017).

Diversos autores e organizações apresentaram definições da Educação para o Desenvolvimento. A Plataforma Portuguesa das ONGD, que defende o uso do termo Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG), refere que a EDCG pretende:



Conferência sobre Cidadania Global e Educação para o Desenvolvimento realizado por Ana Fernandes, Presidente da Juventude Socialista do Marco de Canaveses, resultado da sua experiência como voluntária no Chibuto, Moçambique. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Outubro, 2022).

"ser um processo de aprendizagem e transformação através da ação individual e/ou colaborativa orientada para a justiça social e o bem comum. A partir de uma tomada de consciência assente numa interpretação crítica da realidade, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global inter-relaciona um tema concreto com as causas das desigualdades onde quer que elas existam. Nesse sentido, não se atribui à Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global um ou vários temas em particular, mas, antes, uma outra forma de analisar a realidade."

Este conceito centra-se "no pensamento crítico e na compreensão das causas e dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e cujos objetivos últimos seriam indissociáveis de processos de emancipação social", conforme nos é apontado no documento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022. Dessa mesma forma, este conceito também promove a progressão do pensamento e da análise crítica por parte dos cidadãos bem como um compromisso ético entre eles e as suas ações e, ainda, para com as associações que auxiliam a promoção da Educação para o Desenvolvimento.

O mundo de hoje encontra-se em constante mudança. Neste sentido, também a própria forma como as populações encaram as questões de desenvolvimento se vai alterando. De uma perspetiva economicista, assente no desenvolvimento económico, até uma perspetiva mais imaterialista, assente no desenvolvimento das liberdades e dos direitos dos cidadãos, o conceito de Educação para o Desenvolvimento prima pela sua capacidade de adaptação aos novos tempos.

Esta capacidade é potencializada através dos âmbitos de ação, através dos quais se passam as mensagens a serem promovidas. Assim, a Educação para o Desenvolvimento é aplicada ao nível de três grandes e principais dimensões: a educação formal, promovida no contexto escolar, a educação não-formal, que interliga a atividade de diferentes atores de uma determinada comunidade, em parceria com as entidades de educação e, por fim, a educação informal, que depende da busca pessoal de cada indivíduo pela informação que deseja e que está relacionada com os seus temas de maior interesse. Esta última é desenvolvida à parte das entidades educativas, ou seja, para lá das escolas e demais instituições, dependendo, em larga medida, do grau de autonomia e proatividade com que os indivíduos vão adquirindo conhecimentos em relação às questões de Desenvolvimento. A pedagogia e a promoção da literacia são, por tudo isso, duas vertentes absolutamente cruciais na implementação de formas de Educação para o Desenvolvimento.

A relação com o poder político é fundamental para que medidas que visem estas questões possam ser, continuadamente, promovidas nas instâncias já referidas, de forma a perpetuar a educação para que os indivíduos se tornem mais sensíveis a questões de foro global. Este é, em última análise, o grande objetivo da Educação para o Desenvolvimento e todos os componentes de uma determinada sociedade têm uma função e um contributo a desempenhar. Dos governantes, representantes políticos e instituições democráticas até às diversas organizações de cariz cívico e demais corporações que marcam a vida quotidiana dos indivíduos (nomeadamente as empresas que contribuem para o seu emprego), passando, ainda, pelas instituições educativas e cidadãos influentes no espaço do debate público, todos representam um estágio do qual a implementação bem-sucedida da Educação para o Desenvolvimento vai depender. Ora no espaço do desenvolvimento e respetiva aplicação de políticas públicas ora no espaço da investigação e gestão dos recursos existentes, não descurando, por último, a necessidade de existir financiamento e divulgação, no espaço público, os atores são a força motriz da Educação para o Desenvolvimento. Acima de tudo, porque são, também eles, pessoas que procuram construir algo em benefício de todos os indivíduos.

A globalização despoletou um enorme potencial no que à ação dos indivíduos diz respeito. Como já vimos, a Cidadania Global vem colocar uma tónica de maior e mais abrangente responsabilidade nas ações dos indivíduos, bem para lá dos países de origem de cada um. Costumamos avaliar a globalização consoante o maior sucesso da abrangência de determinados valores como a promoção da paz, a tolerância, o desenvolvimento sustentável, a supressão das desigualdades e da pobreza, o fortalecimento das instituições democráticas, etc. Para isso, as respetivas promoções destas temáticas só serão possíveis com a educação para estas questões: o aumento do conhecimento, da sensibilização, da capacidade analítica para compreender as causas e os efeitos das desigualdades e, por último, para promover a participação dos indivíduos e das comunidades em torno destas problemáticas. Ao otimizar as competências digitais (cada vez mais importantes) e a aquisição de mais amplos conhecimentos interdisciplinares, capazes de os conseguir aplicar de forma prática, útil e oportuna, no mundo atual, permite-se ao indivíduo participar, mais eficazmente, no universo global (Kirkwood, 2001). A estes indivíduos, a título de exemplo, Paul Kennedy (1993) chamou "cidadãos do mundo". Kirkwood utiliza estas justificações para defender a promoção da educação global.

A atuação no âmbito da ED contribui para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, salientando-se especificamente a meta 4.7 do ODS 4 – Educação de Qualidade.

"A educação para o desenvolvimento é uma área fundamental nas políticas de desenvolvimento e na criação de uma base de entendimento e de apoio da opinião pública para as questões da cooperação." (Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014 -2020).

Estas são as raízes, os atores e âmbitos de intervenção assim como os objetivos da promoção da Educação para o Desenvolvimento, estando estes também enquadrados na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Deste modo, o conceito-chave deste subcapítulo foi integrado nas políticas da Cooperação Portuguesa, que vem abordar e colocar na prática as vertentes internacionais de toda esta questão.



Voluntariado realizado por jovens de Juventudes Partidárias portuguesas no Chibuto, Moçambique. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Agosto, 2022).

# Cooperação Portuguesa

Guerra (2021) debruça-se sobre a evolução histórica do conceito de "desenvolvimento", o qual surge, inicialmente, na sequência da Revolução Industrial (Inglaterra, segunda metade do século XVIII), sendo analisado sob uma ótica economicista, assente no crescimento económico. Ao longo de dois séculos (a meio do século XX) constata-se a evolução deste conceito, cujos efeitos são sentidos ainda hoje, já em pleno século XXI. No rescaldo da destruição produzida pela II Guerra Mundial, o conceito de "desenvolvimento" ganha uma conotação verdadeiramente global, estabelecendo-se parâmetros de avaliação, para o que, em muito contribuíram os Estados Unidos da América, com a promoção do Plano Marshall, produzindo o primeiro grande plano de abrangência global para reconstruir as infraestruturas e as economias dos países mais afetados pelas calamidades decorrentes da guerra. O período de pós-II Guerra Mundial foi marcado, em larga medida, pela escalada da Guerra Fria, opondo as duas superpotências mundiais à época: os Estados Unidos da América, na defesa de um modelo capitalista, e a União Soviética, na defesa de um modelo comunista. Esse período só terminou já perto do final do século XX, com a queda da União Soviética, altura em que o modelo promovido pelos Estados Unidos da América ganhou maior popularidade, com "virtualmente todos os países avançados" a adotarem este mesmo modelo, no caminho de uma "economia orientada para o mercado", assente em instituições de democracia liberal (Fukuyama, 1996). Desta forma:

«O uso dominante de 'desenvolvimento' refere-se à prática de agências de desenvolvimento que intervêm no capitalismo global para aliviar a pobreza e outros problemas, de forma que o desenvolvimento seja também aplicado noutras partes do mundo, nomeadamente nas consideradas como "pobres"». (Thomas, 2000)

O mesmo autor concretiza o seu pensamento, apontando "três grandes significados do termo 'desenvolvimento": em primeiro lugar, considera que é uma "visão, descrição ou medida" por meio da qual podemos avaliar o nível de alcance que uma sociedade obtém, face àquilo que se consideraria como

desejável. Em segundo lugar, entende que é um "processo histórico de mudança sociais", analisando o caminho transformativo pelo qual todas as sociedades passam, atendendo a longos períodos de tempo e em terceiro e último lugar, tem em conta que são "esforços deliberados com vista ao melhoramento", no qual as instituições desempenham um papel crucial com a aplicação de políticas, tendo em vista o desenvolvimento.

Por fim, como conclui Guerra (2021: 6): "Percebemos, então, que o uso mais comum do termo "desenvolvimento", na segunda metade do século XX, se refere ao compromisso dos países ricos ajudarem os países pobres a ficarem mais ricos".



Iniciativa Dialogue Dinner, que uniu jovens de diferentes cores partidárias para dialogarem sobre temas globais e criarem recomendações em prol da Igualdade de Género, Alterações Climáticas e Paz e Conflitos. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Novembro, 2022). Foto: David Romano, IPDJ, I.P.

As políticas estabelecidas entre países parceiros, que visam a promoção do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito, denominam-se Políticas de Cooperação. A necessidade da existência deste tipo de políticas surgiu a partir da crescente interdependência mundial, aliada ao facto de haver problemáticas cada vez mais globais. A compreensão dos países, em termos do tipo de políticas a adotar, não se prende, apenas, com um lote de políticas públicas internas (por exemplo, apoio ao acolhimento de imigrantes e refugiados) mas também de políticas públicas externas (estreitando a relação entre países com a implementação de políticas e medidas que visam a melhoria das condições de vida de cidadãos de outras nações que não da que promoveu essa mesma implementação).

Após esta introdução, focada na evolução histórica dos conceitos-chave deste subcapítulo, passaremos à análise direcionada para a Política de Cooperação Portuguesa.

Apesar da adesão de Portugal à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, responsável pelas políticas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento) datar de 1960, só se pode falar de uma política de cooperação portuguesa depois de 1974: "o enquadramento institucional da cooperação portuguesa iniciou-se quando as colónias portuguesas africanas se tornaram independentes" (Monteiro, 2001), após a própria democratização de Portugal, com o Golpe de Estado e Revolução de 25 de abril de 1974, que viria a colocar um fim à Guerra Colonial (1961-1974). Após a independência das então colónias portuguesas – com especial enfoque no continente africano, onde se iniciaram os primeiros (e mais violentos) processos de independência – Portugal sentiu a responsabilidade de estreitar as relações com esses países, no sentido de promover uma Cooperação para o Desenvolvimento.

Há determinados problemas que são transversais aos diversos países que necessitam deste tipo de colaboração com outros mais desenvolvidos. Todos estes problemas contribuem para o acentuar das eventuais dificuldades que o país visado possa sentir, colocando, muitas vezes, entraves e obstáculos que se tornam, simplesmente, demasiado complexos para que possam ser ultrapassados sem a necessidade de apoio externo. Assim, algumas condições importantes e indicativas da necessidade deste tipo de

cooperação são: a existência de instituições democráticas frágeis, a instabilidade política, a elevada corrupção e a existência de um fraco tecido empresarial, o que dificulta o acesso do investimento privado, entre outros.

Desde a estabilização do processo democrático, Portugal tornou a política de cooperação uma das vertentes mais importantes da sua política externa, particularmente vocacionada para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor (PALOP+1). O país desenvolveu um conjunto de objetivos e pilares para o seu envolvimento nessa área. Mesquita (2005) elenca os 5 pilares da Cooperação Portuguesa: a coerência e a compatibilidade de políticas de reforço mútuo, o respeito pela universalidade dos Direitos Humanos, a responsabilidade e solidariedade internacionais, a sustentabilidade do desenvolvimento e a equidade na repartição dos seus benefício e, ainda, a parceria com os países destinatários das políticas de cooperação e a concertação com outros países que desenvolvem este tipo de ajudas (os chamados "países doadores").



*Workshop* sobre ODS e Liderança Colaborativa no Instituto Politécnico de Santarém. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Março, 2022).

O que procura, então, Portugal promover junto dos países visados pelas suas Políticas de Cooperação? Ou seja, quais são os principais objetivos das Políticas de Cooperação Portuguesa? Sangreman (2007) responde a esta questão: reforçar a Democracia e o Estado de Direito, combater e reduzir a pobreza extrema, desenvolver as infraestruturas necessárias para melhorar os serviços de educação, estimular o crescimento económico, promover o diálogo e integrações regional e estabelecer parceria europeia para o Desenvolvimento Humano.

A Política de Cooperação Portuguesa destaca-se, igualmente, por ser descentralizada. Ou seja, o Governo não é a única entidade responsável pelo estreitamento de relações com os países parceiros, nomeadamente, os da CPLP. Esta responsabilidade é partilhada pelas Câmaras Municipais, que estabelecem acordos de cooperação com as suas congéneres de outros países, o incentivo à participação da sociedade civil, de forma a promover o seu investimento nacional e, ainda, o apoio às demais ONGD, sendo estas organizações que promovem "atividades internacionais entre as quais se incluem associações de assistência ao desenvolvimento, organizações de assistência internacional a situações de desastre e organizações promotoras dos direitos humanos e da paz" (Araújo, 2006). Estas últimas desempenham um papel importantíssimo na definição, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas, podendo, também elas próprias, promover projetos e programas com os países visados (Mourato, 2011).

Portugal, no seu âmbito de atuação, foca-se em áreas-chave dos países, tais como a economia, a saúde e a educação, de forma a fomentar o desenvolvimento de melhores práticas democráticas, promover maior robustez às instituições públicas, criar mais oportunidades aos cidadãos, reduzir o grau de dependência externa dos países visados (Moyo, 2009), potenciando o próprio desenvolvimento da sociedade civil, para lá das organizações políticas formais, culminando, em última instância, no desenvolvimento do país (Cavaco & Oliveira, 2019), uma vez que vai aumentar a amplitude das entidades capazes de promoverem o desenvolvimento nacional.

Ainda que o país tenha reduzido consideravelmente o seu orçamento em cooperação, aquando da forte recessão económica por que passou após a crise financeira global de 2008, "Portugal tem desenvolvido todo um conjunto de esforços e iniciativas que permitam que se continue a destacar pelo respeito constante das prioridades estabelecidas junto das ex-colónias" (Faria, 2012: 22). Este tem sido um processo em constante ajustamento, consoante a necessidade de cada um dos países visados (Castelo Branco, 2012). As Políticas de Cooperação não devem depender apenas da alocação de fundos dos orçamentos nacionais. Devem, sim, ser pensadas a fundo e de forma estratégica, tendo em consideração as principais lacunas e insuficiência nos países alvos da cooperação. Não faria sentido promover determinada política, se ela não contribuísse para o desenvolvimento do país. É de salientar que todos os programas são desenvolvidos ao abrigo de Acordos Bilaterais assinados com os países-alvo ou, ainda, no quadro da cooperação multilateral. A Cooperação Portuguesa tem estado focada na organização estatal, no apoio ao funcionamento democrático e mais transparente dos Sistemas Políticos, na eficiência das Administrações Públicas, na promoção e captação de investimento privado (de forma a consolidar a sociedade civil e a retirar "peso dos ombros" estatais), na melhoria dos serviços de Educação e de Saúde.

Até agora, fizemos um levantamento, ainda que pouco exaustivo, da evolução geral dos conceitos de Desenvolvimento assim como da categorização da Política de Cooperação Portuguesa. Para concluir este subcapítulo, resta abordarmos o futuro e os desafios da Cooperação Portuguesa. Ainda que Portugal, ao que os países da CPLP (principalmente os PALOP) diz respeito, seja o principal doador bilateral – tendo em conta, como já vimos, a noção de responsabilidade nacional para com as antigas colónias africanas, de forma a manter as boas relações diplomáticas, económicas e sociais/culturais bem como para a promoção da língua portuguesa - as questões relacionadas com o Desenvolvimento são cada vez mais globais, o que cria uma enorme rede que fomenta benefícios mas que, também, partilha riscos transversais. Uma recessão económica tem um potencial cada vez mais abrangente no que concerne aos seus impactos, o que cria, necessariamente, desafios a qualquer Política de Cooperação. A gestão de momentos cíclicos de recessão e de crises económicas - como aquela sentida aquando da crise global de 2008 – levanta enormes problemas não só para os países que desenvolvem as Políticas de Cooperação como também para os países visados. Isto é, se os primeiros tiverem de reduzir os seus orçamentos e fundos destinados a essas políticas, os segundos receberão, naturalmente, menos financiamento e menos apoios. A Cooperação Portuguesa – ora integrada de forma mais multilateral dentro do âmbito da União Europeia, ora promovida de forma

multilateral ou bilateral no quadro da relação de Portugal com os restantes Estados da CPLP e PALOP – deve primar pela adaptação constante aos novos tempos, pelo reforço institucional das políticas e pela sua coerência, enquadrada por uma visão estratégica de futuro e que comprometa todos os países envolvidos. Relativamente aos atores da Cooperação Portuguesa, tem sido sugerido a delegação de mais responsabilidades às ONGD, para que elas se possam envolver, de forma cada vez mais profunda, na definição de agendas e na utilização de diferentes instrumentos (Cardoso, Faria & Ferreira, 2015).

Atendendo à evolução e às adversidades que o próprio país tem enfrentado, o esforço de Portugal na promoção das Políticas de Cooperação Portuguesa deve ser reconhecido, enaltecido e perpetuado, para que a procura do desenvolvimento dos países da CPLP e dos PALOP seja sempre uma preocupação e uma prioridade da Política Externa nacional.



Workshop sobre ODS e Educação para o Desenvolvimento na Casa da Juventude da Póvoa de Varzim. Iniciativa realizada no âmbito do projeto "Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global (2ªEd.)". (Abril, 2022).

### Síntese

A literatura até aqui produzida mostra-nos que a participação dos jovens se marca por uma vertente cada vez menos formal, com estabelecimento de uma relação mais distante com os atores e as organizações políticas mais institucionais.

No entanto, sabemos que a noção de Cidadania é cada vez mais abrangente, aumentando o leque de responsabilidade dos indivíduos, que deixam de ter apenas de resolver problemas locais e nacionais, passando a ser parte integrante das buscas de soluções para questões globais, potencializando o estatuto de "Cidadãos do mundo", como Kennedy (1993) definiu.

Os Governos têm promovido agendas nacionais referentes à Educação para o Desenvolvimento, com o objetivo de habilitar os mais jovens com maiores capacidades de atuação cívica e política para a resolução de problemas cada vez mais globais.

Por fim, a Política de Cooperação Portuguesa concretiza e materializa o envolvimento de Portugal com países que partilham consigo um passado histórico muito significativo assim como relações económicas e culturais de enorme importância, a manter. Este facto assenta na importância de manter relações de parceria e de cooperação.

### Metodologia

Este capítulo serve para enquadrar o leitor em relação ao tipo de investigação conduzida como forma de sustentação para a posterior análise de dados e respetivas conclusões. A metodologia incluiu dois momentos: condução de entrevistas e disseminação de um questionário que nos permitiram recolher informação de duas formas, sempre pautadas pela pessoalização das intervenções dos jovens, de modo a promover as suas opiniões pessoais, de forma livre e desimpedida. Ambos os métodos de recolha de dados foram, previamente, trabalhados em conjunto pelo investigador do Estudo (Filipe Fernandes), as coordenadoras científicas (Professora Doutora Clara Carvalho e Professora Doutora Maria Antónia Barreto) e a Técnica de Projetos da AIDGLOBAL (Maria Pacheco), que nos auxiliou na realização deste Estudo.

O objetivo das entrevistas foi recolher opiniões de jovens provenientes de diferentes organizações (debruçar-nos-emos sobre as organizações, mais adiante, neste capítulo). Os jovens visados não eram convidados a representar a organização à qual pertenciam, ou seja, não era nosso objetivo tomar conhecimento das posições das próprias organizações, através destes jovens. O objetivo era, sim, assegurar uma diversidade de organizações às quais eles pertenciam, sem pretender que estivessem a exprimir as posições dessas organizações. Alguns jovens poderiam estar em condições de assumir posições pela estrutura, dado o cargo que, internamente, exerciam. No entanto, outros jovens, por não estarem em posições de chefia/liderança, não podiam vincular a sua opinião à totalidade da estrutura, não expressando uma "opinião representativa" face às questões que lhe foram colocadas. Assim, o objetivo passava por assegurar que os jovens falavam das estruturas e não necessariamente pelas estruturas.

O processo de recolha de dados, por intermédio de um questionário, foi encarado como um complemento ao processo de condução de entrevistas. O seu objetivo passava por assegurar uma dimensão de amostra suficientemente robusta, de forma a complementar a informação obtida pelas

entrevistas. A sua disseminação foi feita de duas formas: em primeiro lugar, o questionário foi sendo difundido pelos entrevistados, para o fazerem chegar às respetivas organizações, tendo havido o caso único de uma organização cívica que recusou fazer a entrevista, ainda que tenha aceitado veicular o questionário. Em segundo lugar, de forma a procurarmos recolher dados para lá dos jovens que faziam parte dessas organizações, promovemos a sua ampla divulgação em diferentes redes sociais (como o Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn), para que ele chegasse ao maior número de jovens possível – o que produziu efeitos satisfatórios. As questões presentes no questionário estão próximas das questões colocadas nas entrevistas. O guião das entrevistas e do questionário constituem o Anexo 1 e 2, respetivamente.

Seguidamente, responderemos à seguinte questão: Quem foram os jovens e quais foram as organizações convidadas?

A população do Estudo são jovens com idade máxima de 30 anos, sendo esta uma conceção aceitável e relativamente consensual de "juventude". Ainda que, cada vez mais, se esteja a promover a ideia de juventude como uma faixa etária compreendendo indivíduos com idades até 35 anos, decidimos optar por aquela que tem sido mais utilizada nos últimos anos pela maior parte das organizações. Todos os entrevistados têm menos de 30 anos, à data da realização da entrevista, e apenas 12 entre os que responderam ao questionário decidiram não revelar a sua idade, não tendo sido colocada qualquer questão adicional referente à sua identidade, de forma a garantir o anonimato das respostas.

Em relação às organizações, o nosso objetivo passou por assegurar uma representação abrangente dos tipos de entidades nas quais mais se verifica a presença de jovens. Assim sendo, podemos categorizar as organizações visadas em três grupos: Juventudes Partidárias/Partidos Políticos, Associações Estudantis e Associações Cívicas.

No primeiro grupo, nem todos os partidos políticos possuem estruturas internas de juventude. Em qualquer dos casos, procurámos abordar jovens de destaque dentro de cada uma das organizações visadas. Naturalmente, não foi nosso intuito entrar em contacto com todos os partidos políticos existentes em Portugal (assim como nenhum movimento político). Procurámos, sim, contactar aqueles que estavam representados na Assembleia da República

no momento em que o estudo foi conduzido – aqui, aplicamos uma exceção ao Pessoas-Animais-Natureza (PAN), dada a ausência de qualquer tipo de estrutura para este efeito. Do grupo de restantes partidos à época com representação na Assembleia da República, dois nunca responderam às nossas diversas tentativas de contacto – o Partido "Chega!" (CH) e o Partido Comunista Português (PCP), ficando excluídos deste Estudo. Considerámos, ainda, importante que o termos tentado contactar diretamente indivíduos para a entrevista assim como as próprias estruturas, cujos registos foram guardados pelo investigador, constitua uma forma de assegurar a ausência de qualquer eventual suspeita de desvio na elaboração deste Estudo.

Em relação ao segundo grupo, optámos, apenas, por incluir Organizações Estudantis do Ensino Superior, integradas nas instituições universitárias. Consequentemente, tanto Associações de Estudantes do Ensino Secundário como Associações de Estudantes de Institutos Politécnicos não foram incluídas na nossa amostra.

O terceiro grupo era composto pelas demais Organizações Cívicas que se iam destacando pelos seus projetos ou das quais já tínhamos conhecimento. O seu leque de abrangência é considerável, desde organizações que tentam "aproximar os cidadãos da política" até organizações que procuram sensibilizar os indivíduos para temáticas e problemáticas (locais e/ou globais), passando, inclusive, por organizações que procuram atuar de uma forma mais pedagógica, através da produção de conteúdos de índole informativa ou ainda pela realização de atividades de formação dos próprios jovens.

No que ao espaço de tempo da recolha de dados diz respeito, referimos os tempos nos quais estes processos de recolha de amostra estiveram ativos: as entrevistas foram realizadas no espaço de tempo compreendido entre 12 de abril de 2022 (data da primeira entrevista) e 18 de maio de 2022 (data da última entrevista). Já em relação ao questionário, ele começou a ser enviado às organizações e publicado nas redes sociais, a partir do dia 10 de maio de 2022, tendo permanecido aberto para receção de respostas, até ao final do dia 1 de junho de 2022.

Obtivemos um conjunto de 24 entrevistas realizadas e um total de 262 respostas ao questionário.<sup>2</sup>

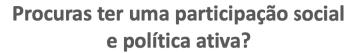
A lista referente aos jovens entrevistados e respetivas organizações das quais fazem parte constitui o Anexo 3.

Os gráficos produzidos neste Estudo resultam dos dados obtidos no questionário e foram complementados com o conteúdo recolhido nas entrevistas. O preenchimento do questionário cria uma padronização das respostas submetidas, uma vez que as questões colocadas eram, maioritariamente, de escolha múltipla ou caixas de verificação. O mesmo não acontece com o conteúdo recolhido nas Entrevistas. No processo de recolha de amostra, as questões colocadas aos nossos entrevistados eram sempre de cariz aberto, podendo eles aprofundar as suas respostas, por incentivo do entrevistador (no caso, o próprio investigador), para que nenhuma se restringisse a "Sim" ou "Não".

<sup>2</sup> Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que contribuíram para esta recolha de dados. Sem os entrevistados e sem todos os jovens que responderam, anonimamente, ao nosso questionário, não seria possível alcançarmos resultados tão interessantes quanto aqueles que exploraremos adiante.

### Apresentação e Análise de Resultados

De seguida, iremos apresentar e analisar os resultados obtidos pelas entrevistas e pelo questionário, respeitando a ordem pela qual os temas foram apresentados.



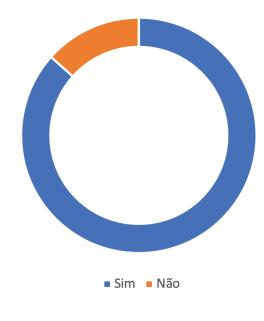


Gráfico 1. Fonte: Autor.

As respostas a esta primeira pergunta do questionário foram inequívocas: 86,6% dos respondentes escolheu o "Sim", contrastando com os restantes 13,4% que responderam "Não". Nas entrevistas, todos os jovens consideraram que a organização da qual faziam parte procurava ter um papel social e/ou político (dependendo do cariz de cada organização) bem como eles próprios, por inerência ao facto de estarem envolvidos nelas.

Questionados sobre a caracterização da participação das organizações, muitos destacaram a sua participação institucional, incluindo as responsabilidades inerentes às próprias organizações, nomeadamente as atribuídas pela sua participação em determinados órgãos públicos dos quais faziam parte (com particular foco nas juventudes partidárias/partidos políticos e Associações de Estudantes).

Esta participação institucional confundir-se-á com a sua própria participação e intervenção formal. As juventudes partidárias (especialmente quando por via das "casas-mãe") procuram interagir com atores políticos (quando eles próprios não são atores políticos em exercício de funções públicas), de forma a influenciar as políticas públicas adotadas. Por sua vez, as Associações de Estudantes e as demais Associações Cívicas destacaram as suas tentativas de aproximação ao poder político. Algumas Associações assumem posição dentro de Conselhos Municipais e demais órgãos públicos de cariz consultivo.

Foi, comummente, referido o facto de as organizações promoverem posições públicas sobre diferentes matérias, mas não foi transversal a demonstração da capacidade de interação com atores políticos intervenientes nas tomadas de decisão. Neste sentido, além da preocupação com a participação formal das organizações (por parte de quem melhor consegue promover este tipo de participação), foi manifestada preocupação com a sua participação informal, que engloba a participação das organizações em redes informais de jovens, com o intuito de conseguirem aproximar-se deles.

Por último, uma outra informação relevante obtida pelas entrevistas foi a preocupação pedagógica de algumas organizações. Vários jovens responderam que as suas organizações procuram "educar os jovens para os incentivar a participarem ativamente", o que é revelador de um compromisso educativo assinalável por parte das organizações portuguesas.

### Nível de participação dos jovens



Gráfico 2. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Muito pouca participação: 11,1%; Pouca participação: 36,3%; Participação razoável: 33,6%; Boa participação: 17,9%; Muito boa participação: 1,1%.

Sendo a resposta "Pouca participação" a resposta mais votada, seguida da "Participação razoável", compreendemos que a opinião mais geral traduz desencanto com os níveis de participação.

Nas entrevistas, poucos respondentes se mostraram inteiramente satisfeitos com os atuais níveis de participação dos jovens, o que se coaduna com os resultados obtidos através do questionário. Aprofundando o "porquê" desta realidade, vários jovens inseridos nas organizações disseram ter dificuldade em conseguir a mobilização dos outros jovens. Disseram que várias organizações procuram dinamizar atividades que julgam ir ao encontro do interesse dos jovens, mas eles não aderem, de acordo com as expectativas geradas pelos próprios promotores.

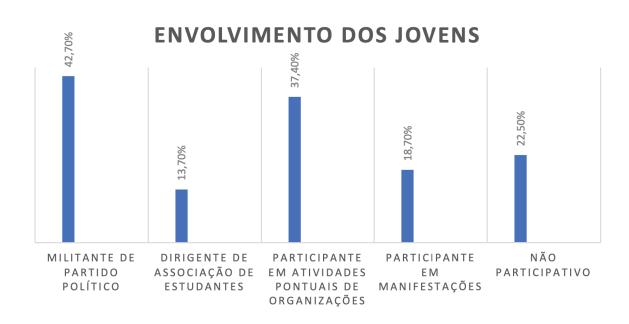


Gráfico 3. Fonte: Autor.

Os resultados aqui obtidos são relativamente particulares. Mais de 40% dos respondentes ao questionário afirmaram ser militantes de um partido político. Por sua vez, apenas 13% referiu ser dirigente de uma Associação de Estudantes, com os níveis de participação em manifestações de apenas 5%.

O número de jovens que integram partidos políticos está a decrescer, logo, não poderemos retirar qualquer inferência direta destes mesmos dados. Podemos, no entanto, levantar duas hipóteses para a obtenção dos resultados: após o pedido de difusão do questionário junto dos entrevistados, os jovens pertencentes aos partidos políticos fizeram um maior esforço, resultando numa disseminação mais eficaz do questionário, culminando num maior número de respostas (1); os jovens pertencentes a partidos políticos têm maior tendência para participar em atividades/respostas a questionários de natureza similar à do nosso Estudo (2).

De qualquer forma, se juntarmos os valores obtidos entre "Militante de um partido político" e "Dirigente de Associação de Estudantes", denotamos que isso significa que 54,6% dos respondentes é participante ativo em organizações. Por sua vez, fazendo o mesmo exercício para "Participante em atividades pontuais de organizações" e "Participante em manifestações", o valor é superior, registando-se 56,1% de respondentes, significando que há um

número mais elevado de jovens que se envolvem em atividades informais de participação social e política.

Apercebemo-nos de que o "militante médio" de uma juventude partidária também procura envolver-se, ativamente, nas Associações de Estudantes e noutras Associações Cívicas. O contrário, de acordo com esmagadora maioria dos entrevistados pertencentes a estas últimas, já não se verifica. Há um claro e cada vez mais acentuado afastamento entre membros das Associações de Estudantes e outras Associações Cívicas e os partidos políticos. No que aos dirigentes estudantis diz respeito, a título de exemplo, um dirigente estudantil referiu que o percurso político de um jovem pode prejudicar o seu percurso associativo, uma vez que pode ser conotado com determinada fação política, gerando prejuízos na forma como ele pode ser percecionado pela comunidade estudantil. Outro entrevistado referiu que a influência política nas Associações de Estudantes tem sido reduzida, diminuindo a elevada conotação política que determinadas organizações estudantis tiveram. Alguns entrevistados demonstram indisponibilidade para integrar militantes partidários nas suas organizações cívicas, alegando que a militância partidária poderia enviesar a ação do indivíduo dentro das organizações em causa, podendo, ainda, atrair conotações políticas indesejadas para as organizações em causa.

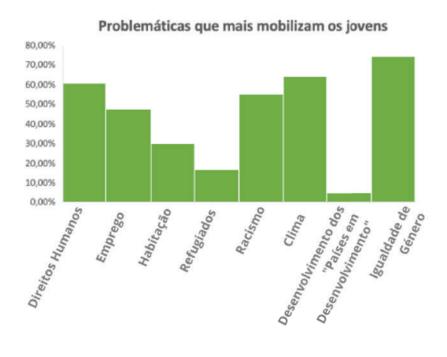


Gráfico 4. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Direitos Humanos: 60,7%; Emprego: 47,7%; Habitação: 29,8%; Refugiados: 16,8%; Racismo: 55%; Clima: 64,1%; Desenvolvimento de "Países em Desenvolvimento": 4,6%; Igualdade de Género: 74,4%.

Nesta questão, se categorizarmos os temas entre "materiais" e "imateriais", podemos olhar para os resultados obtidos como sendo (*grosso modo*) expectáveis. Já havíamos denotado uma crescente tendência para os jovens se envolverem mais com temas imateriais, frutos da evolução e crescente pertinência de conceitos como a Cidadania Global e a Educação para o Desenvolvimento. De facto, há uma crescente sensibilidade juvenil para questões que englobam os Direitos Humanos, por exemplo – e, aqui, falando de questões como a liberdade dos cidadãos e a promoção da Democracia, como forma de combate a autoritarismos –, o que leva a que muito jovens se envolvam em atividades deste nível.

As respostas obtidas nas entrevistas, ainda que não padronizadas, fornecem, essencialmente, os mesmos resultados que os obtidos por via do questionário. Nesta vertente, constatámos, ainda, duas realidades: em primeiro lugar, quanto mais formais são as organizações, maior era a preocupação demonstrada pelos jovens com temas materiais. Os jovens inseridos em organizações cívicas demonstraram mais preocupações imateriais (na verdade, praticamente todas elas se desenvolvem, principalmente, na prossecução desse mesmo tipo de questões). Nos das Associações de Estudantes já se verificam preocupações materiais mais acentuadas, com foco no acesso ao ensino superior, à habitação e à sua inserção no mercado de trabalho. Por último, os jovens pertencentes a partidos políticos, também, demonstraram preocupações com a habitação e o mercado de trabalho, ainda que desenvolvendo temas transversais a toda a sociedade, por força da natureza dos próprios partidos políticos, cujo público-alvo se estende para lá dos jovens, havendo ainda alguma tendência para atribuírem maior relevância a temas que o seu próprio partido procura inserir no debate público.

### MELHOR ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DOS JOVENS

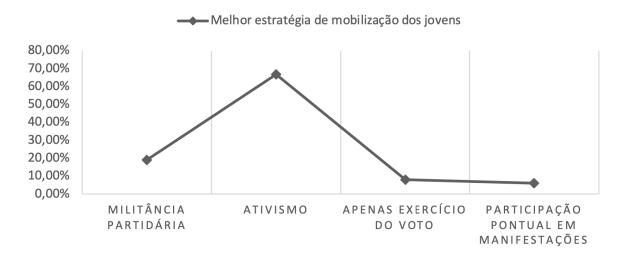


Gráfico 5. Fonte: Autor.

Apenas 19,1% dos respondentes considera que a militância partidária é uma das melhores formas de mobilização dos jovens e 66,8% responde com o "ativismo". De notar que apenas 6,1% considera que a melhor forma de mobilização dos jovens é "Participação pontual em manifestações".

Nas entrevistas, a maioria dos jovens afirmou que a melhor forma de mobilização dos jovens seria através da "Participação pontual em manifestações". Esta diferença de opinião talvez ser justifique pelas razões que se seguem.

Em primeiro lugar, os jovens podem sentir-se mais tentados a participarem pontualmente, uma vez que tal permite capitalizar sobre a "espuma do dia". O acesso facilitado às novas tecnologias assim como o uso massivo das redes sociais não só permite uma velocidade estonteante na disseminação de informação como facilita (na consideração dos entrevistados) a organização dos indivíduos, incentivando a manifestação de opiniões, do que resulta numa acentuada reação dos jovens em relação ao tema que esteja, eventualmente, a marcar a atualidade. Uma vez que esse tema será, em princípio, mais destacado nos próprios órgãos de comunicação social e em todas as plataformas noticiosas digitais, a promoção de determinada atividade ou manifestação poderá receber maior adesão por parte dos jovens.

Isso acontece, também, pelo imediatismo que se gera no mundo digital: a cada dia, há um tema que é amplamente noticiado e debatido nas redes sociais (o dia-a-dia em plataformas como o Twitter são um excelente exemplo), o que incentiva reações emocionais por parte dos jovens, que os pode incitar a uma determinada ação, no sentido que for mais condizente com a sua opinião em relação a essa mesma matéria.

Em segundo lugar, mesmo que tal circunstância possa ser apontada como uma forma de demonstrar que os jovens estão despertos para diferentes questões, também pode (e assim o foi, durante as entrevistas) ser apontada como fazendo parte da origem de um problema. O facto da atenção dos jovens estar altamente direcionada para o tema que esteja mais em voga, pode propiciar um não comprometimento com os temas sobre os quais se manifestaram em atividades passadas. Isto é, os temas da "espuma do dia" vão variando a um ritmo considerável. Logo, a atenção dos jovens vai sendo redirecionada, de forma constante, sem um necessário seguimento lógico entre temas. Desta forma, torna-se difícil – apenas a título de exemplo – para uma organização promotora de manifestações em prol de refugiados conseguir manter um nível considerável de adesão se, de repente, o tema dos refugiados (por qualquer razão) deixar de ser central, sendo ultrapassado pelas questões da igualdade de género.

Esta dificuldade de compromisso não retira a sensibilidade dos jovens face a algo, mas demonstra que eles se sentem mais seduzidos a participarem quando a sua emoção face a determinada temática ainda está "fresca". De tempos a tempos, essa motivação para participar pode ser reativada – principalmente se a questão em consideração voltar a ser mais focada pelos órgãos noticiosos e redes sociais. Até então, é possível que os jovens reduzam a sua participação, direcionando a sua energia e maior vontade de participação para outro tema em causa. Assim, quanto mais imediata for uma ação face a determinada questão, mais fácil será mobilizar os jovens em torno dela.

O ativismo pressupõe uma continuidade de participação dos indivíduos em atividades orientadas para um determinado tema. Um ativista não é um indivíduo que participa em manifestações pontuais direcionadas para determinado tema (este será, portanto, um apoiante). Um ativista é, sim, um indivíduo que concentra a sua ação, de forma organizada, em manifestações,

em prol desse mesmo tema, procurando que elas tenham consequências a nível das decisões políticas a ele inerentes.

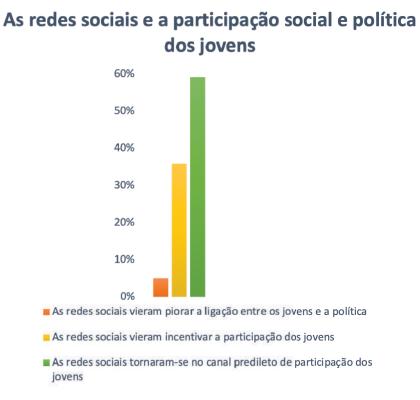


Gráfico 6. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: as redes sociais vieram piorar a ligação entre os jovens e a política: 5%; as redes vieram incentivar a participação dos jovens: 35,9%; as redes sociais tornaram-se no canal predileto de participação dos jovens: 59,2%.

Os resultados obtidos através do questionário são claros na consideração das redes sociais como o novo espaço de eleição da participação social e política dos jovens, ainda que essa participação predominante não tenha, necessariamente, qualquer tipo de cariz normativo. Os resultados demonstram um otimismo face a elas, revelado através do incentivo que mais de 35% dos respondentes consideram existir por parte das redes sociais para a participação ativa dos jovens. Em clara minoria, estão os 5% que demonstraram ter uma consideração negativa relativamente à articulação entre os jovens e a sua participação política.

O otimismo face às redes sociais, também, foi uma realidade verificada entre os entrevistados, mesmo que não tenha sido uma posição consensual (os mais otimistas e os mais pessimistas face ao papel das redes sociais). Os respondentes apresentaram argumentos e aqui selecionamos os principais.

Começando pelos pontos positivos, muitos dos entrevistados defenderam as redes sociais como um veículo de aproximação das pessoas aos temas sociais e políticos. Alegaram que as redes sociais permitem uma facilitada promoção e obtenção de informação, o que, por sua vez, potencializa o debate público, incentivando os jovens a participarem, de forma aberta, podendo gerar pressão nos próprios decisores políticos, consoante a circunstância. Muitos entrevistados faziam, ainda, a ressalva de que a participação *online* dos jovens deve ser um complemento à sua participação presencial. Num outro registo, um dos entrevistados referiu-se, mesmo, à atividade nas redes sociais como já sendo "uma forma convencional de fazer política", o que coloca a atividade digital e a atividade presencial no mesmo patamar. Um outro argumento prende-se com a utilização das redes sociais como forma promotora de conhecimento, vendo as próprias novas tecnologias como "ferramentas disruptivas" que representam avanços na sociedade.

Mesmo não estando em posição maioritária, os entrevistados que argumentaram de forma negativa em relação às redes sociais apresentaram os sequintes argumentos: as redes sociais promovem um excessivo "imediatismo", que incentiva cada vez mais a um "não-compromisso" dos jovens face a atividades enfocadas em determinado tema e face a organizações que procuram agregar os jovens. Em segundo lugar, vários entrevistados argumentaram com o "perigo da criação de 'bolhas", alegando que as redes sociais podem incentivar a uma concentração de opiniões convergentes, com exclusão das opiniões divergentes, o que dificulta qualquer diálogo sobre qualquer tema. Também foram (com alguma regularidade) apontados os danos causados pelas "fake news", cada vez mais vulgarizadas e que colocam entraves a uma informação rigorosa e de qualidade, com todos os malefícios que se podem gerar. Por fim, alguns jovens referiram que a facilidade de utilização das redes sociais desincentiva a participação presencial, dado que as redes sociais dão a "ilusão" de que a voz do jovem é ouvida, a partir do momento em que faz uma publicação ou de que o seu apoio está demonstrado logo que faz um 'gosto' ou uma partilha. Por sua vez, isto gera o chamado "ativismo de sofá", em que os indivíduos, por via de uma

participação ilusória e, muitas vezes, inconsequente, consideram que a sua opinião está dada, que o seu "trabalho" está feito, cabendo aos outros a sua concretização.

## Qual o papel dos atores políticos para o desenvolvimento de uma Cidadania Global Ativa?

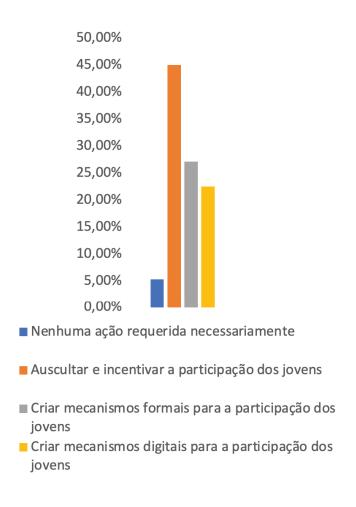


Gráfico 7. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Nenhuma ação requerida necessariamente: 5,3%; Auscultar e incentivar a participação dos jovens: 45%; Criar mecanismos formais para a participação dos jovens: 27,1%; Criar mecanismos digitais para a participação dos jovens: 22,5%.

Os valores de cerca de 5% registados na opção "Nenhuma ação requerida necessariamente" parecem-nos expectáveis.

Já nas entrevistas, nenhum respondeu desta forma, procurando todos eles transmitir a ideia de que os representantes políticos devem "dar o exemplo" (nas palavras de vários entrevistados), defendendo uma maior e mais estreita aproximação dos representados aos que os elegem. Esta relação de maior proximidade – com alguns entrevistados a deixar claro "verdadeira proximidade" – poderia incentivar mais os jovens a participarem. Um entrevistado referiu: "O interesse pela cidadania só existe se houver envolvimento", ilibando os jovens de culpa pela sua falta de participação formal e eleitoral, destacando a carência de incentivos existentes por parte dos representantes políticos, para que eles desejem aumentar a sua participação.

Existe, portanto, a ideia transversal nos entrevistados de que os decisores políticos devem aproximar os jovens dos processos de tomada de posição. No entanto, já encontramos algumas divergências em relação à opção "Criar mecanismos formais para a participação dos jovens". Quase 30% dos respondentes optaram por esta opção, o que não condiz com as respostas obtidas nas entrevistas. Poucos foram os entrevistados que apelaram diretamente à criação de tais mecanismos.<sup>3</sup>

Isso pode estar relacionado com a natureza das organizações a que os jovens entrevistados pertencem e com o espaço que consideram dever ocupar. Ainda assim, seria interessante ter em consideração se a opinião dos jovens, de facto, exclui a consideração de adotar medidas como a imposição de quotas.

Em relação à última hipótese, torna-se interessante assistir à relativa proximidade da escolha da opção "Criar mecanismos digitais para a participação dos jovens" em relação à opção imediatamente atrás analisada. Isso é revelador da consideração, cada vez mais comum, de equiparação entre a participação presencial e a participação digital. À semelhança da opção anterior,

<sup>3</sup> Durante essa fase de recolha de amostras, quando colocava tal questão, era minha expectativa que mais entrevistados abordassem o envolvimento da participação formal dos jovens com a premissa de que seria necessário criar uma semelhante "lei das quotas" para maior inclusão dos jovens, dado o facto de já se ter discutido amplamente e implementado mecanismo semelhante para a questão da maior representação feminina, por exemplo, nos lugares de listas candidatas a eleições para órgãos estaduais patentes nas eleições legislativas e eleições autárquicas. Para alguma surpresa minha, tal não aconteceu.

também esta levanta uma questão pertinente, a ser abordada no futuro: Qual a consideração dos jovens em relação ao aumento de mecanismos democráticos pela via digital? Uma vertente a poder ser abordada prende-se com a questão do voto. Os jovens representados neste Estudo pertencem a uma faixa etária que contribui grandemente para os níveis de abstenção registados em Portugal (com exceção dos alguns menores de idade que responderam ao questionário) – ainda que os próprios valores comummente apresentados como sendo representativos do nível de abstenção possam, muitas vezes, não corresponder aos valores reais. Com devida e constante atualização de cadernos eleitorais, o nível de abstenção real será, certamente, inferior.

# Estão os jovens mais afastados ou mais próximos da política?

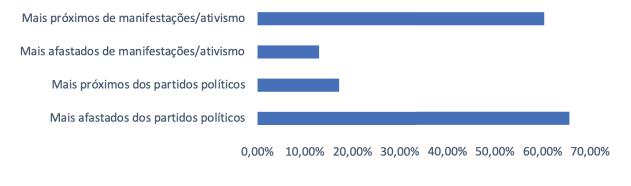


Gráfico 8. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Mais próximos de manifestações/ativismo: 60,3%; Mais afastados de manifestações/ativismo: 13%; Mais próximos dos partidos políticos: 17,2%; Mais afastados dos partidos políticos: 65,6%.

Os valores obtidos através desta questão são altamente coincidentes com as nossas expectativas, condizendo o tipo de respostas entre os dois métodos de recolha de dados utilizados. Já outros estudos haviam revelado esta realidade, servindo esta vertente para consolidar a certeza em torno dos factos: os jovens sentem-se cada vez mais afastados das organizações formais de política, como é o caso dos partidos políticos, aproximando-se cada vez mais de atividades informais de âmbito social e político, como é o caso das manifestações e o ativismo (aqui simplificadamente unidas para efeito de dicotomia entre as principais vertentes formal e informal da participação ativa em que os jovens se podem envolver).

Nas entrevistas, foi notório que existia um certo desconforto de uma considerável parte dos entrevistados para com os partidos políticos. Jovens pertencentes a Organizações Cívicas assumiram, claramente, preferir não integrar na sua organização qualquer jovem que fosse militante de um partido político e jovens de Associações Estudantis consideraram que a participação político-partidária pode ser vista como uma limitação indesejável à participação associativa estudantil. Há uma noção que se revelou transversal: a falta de confiança nos atores e nas organizações políticas. Vários entrevistados deixaram claro que os próprios atores políticos haviam denegrido a atividade política. Esta reputação negativa galopante gerou um crescente afastamento entre os representados e os representantes, que se materializou na queda de participação formal conduzindo a uma descida do envolvimento dos jovens com os partidos e descida da afluência às urnas de voto, o que gera preocupação aos entrevistados, visto que o exercício do voto é a mais elementar e consequencial forma de participação democrática. Os mesmos entrevistados, num cômputo geral, reconheceram esta realidade como sendo um desafio ao futuro da Democracia em Portugal – não em termos de ameaça ao regime, mas sim como revelador da necessidade de reedificar a democracia portuguesa.

# Conheces a Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

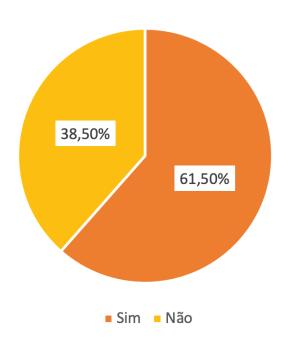


Gráfico 9. Fonte: Autor.

Uma clara maioria dos jovens respondentes ao questionário afirmou ter conhecimento sobre os conceitos apresentados referentes à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas assim como aos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível das entrevistas, o conhecimento foi unânime, com os entrevistados a demonstrarem não só conhecer os conceitos em causa como também manifestam, em relação a eles, sensibilidade de ação. Foi comum afirmarem que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são uma preocupação e uma prioridade para as suas respetivas Organizações, demonstrando o tipo de atividades que colocam em prática com o intuito de os promover junto dos elementos da sua Organização e, também, do seu público-alvo, no geral – inclusive, um dos entrevistados referiu mesmo que todas as ações da organização que integra são direcionadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Essa situação indica o aprofundamento da sensibilidade em torno destas questões, demonstrando a forma com estes jovens mais se relacionam com estes temas, cuja importância também tem subido na consideração dos indivíduos.

### Conheces o conceito de Cidadania Global?

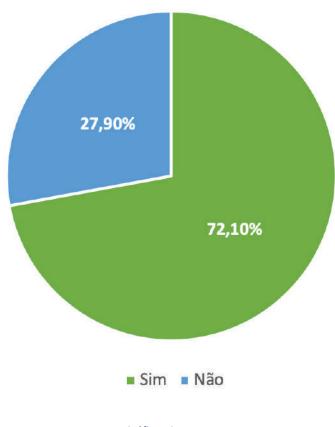


Gráfico 10. Fonte: Autor.

Os jovens que responderam demonstraram estar a par da evolução do conceito de Cidadania, espelhando, em vários casos, alguma preocupação com o facto dos jovens se demarcarem de maior participação formal. Ainda assim, demonstraram estar a par das responsabilidades comunitárias da

Cidadania Global, com a exemplificação de diversas atividades em torno de questões que poderiam, inclusive, não afetar, de forma direta, os jovens que compõem o seu público-alvo, sabendo, no entanto, a crescente preocupação e sensibilização que os indivíduos demonstram para com questões globais, sendo que as próprias organizações também se podem envolver em questões dessa mesma natureza.

#### Os jovens e a Educação para o Desenvolvimento

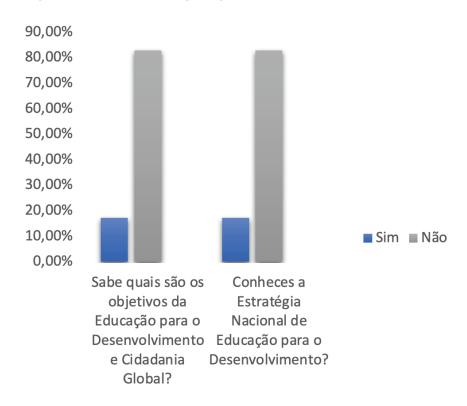


Gráfico 11. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Em relação à questão "Sabe quais são os objetivos da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global?", o "Sim" obteve 17,2%, o "Não" obteve 82,8%; à questão "Conheces a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento?", o "Sim" obteve 17,2%, o "Não" obteve 82,8%. Ou seja, ambas questões registaram os mesmos resultados.

Ainda que os resultados tenham coincidido de forma exata, não se verificou uma situação em que os respondentes que conhecem os objetivos da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global fossem exatamente os mesmos que são conhecedores da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. O inverso, por força de consistência, também é válido. Claro que houve inúmeros jovens que responderam da mesma forma a ambas as questões, verificando-se uma determinada tendência, se bem que não se possa concluir que a consistência do conhecimento ou a sua ausência sobre ambos os temas seja uma regra geral, de forma a respeitar a diversidade de respostas verificadas.

Ao longo das entrevistas, foi comum verificar que não existe um conhecimento formal generalizado em relação aos conceitos de Educação para o Desenvolvimento e conhecimento formal em relação à sua respetiva Estratégia Nacional. No entanto, após o investigador proceder a uma breve explicação do que significa esse conceito, quase todos os entrevistados demonstraram ter algum conhecimento, com alguns a fazerem questão de demonstrar, de facto, estar a par. O mesmo aconteceu em relação à Estratégia Nacional, especialmente após a ilustração de determinadas medidas mais emblemáticas já implementadas. Jovens de várias organizações demonstraram participar ou promover atividades que se relacionam com os objetivos e a Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento, ainda que, na maior parte dos casos, não o tenham feito com o intuito direcionado para isso.

Portanto, há conhecimento sobre estes conceitos, embora sendo informal, assente na sua vertente prática.

### Os jovens e a Cooperação Portuguesa

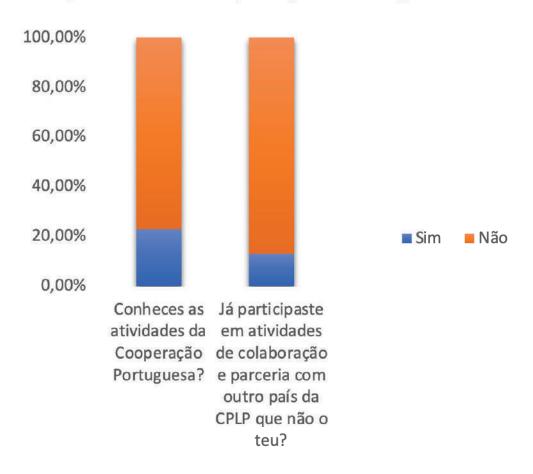


Gráfico 12. Fonte: Autor.

Os valores exatos presentes neste gráfico são os seguintes: Em relação à questão "Conheces as atividades da Cooperação Portuguesa?", o "Sim" obteve 22,9%, o "Não" obteve 77,1%; à questão "Já participaste em atividades de colaboração e parceria com outros países da CPLP que não o teu?", o "Sim" obteve 13%%, o "Não" obteve 87%.

Não só as respostas ao questionário demonstraram falta de conhecimento e falta de envolvimento sobre e com as questões da Cooperação Portuguesa, o mesmo estendeu-se aos dados obtidos através da realização das entrevistas.

Este é, claramente, o tema do qual os jovens estão mais distantes assim como das atividades que o promovem. Não foi comum encontrar entrevistados que estivessem a par dele e, a juntar aos recolhidos pelo questionário, suspeitamos que isso será fiel à realidade da generalidade dos jovens portugueses. No que ao seu envolvimento nas questões da Cooperação Portuguesa diz respeito, alguns jovens demonstraram conhecer atividades realizadas pelo partido político em que militam, com alguns a enumerarem exemplos de "protocolos" assinados com "partidos-irmãos" de países da CPLP, com o intuito de promover uma relação mais próxima e, inclusive, contribuírem para uma formação mútua. Por sua vez, as Associações de Estudantes demonstraram relacionar-se, indiretamente, com a Cooperação Portuguesa, mas apenas no sentido estrito de acolhimento e integração dos estudantes oriundos de países africanos e do Brasil, por força de uma presença cada vez mais acentuada destes nas instituições de Ensino Superior, em Portugal. As Associações Cívicas são, pois, aquelas que menos abordam e menos se relacionam com questões relacionadas com a Cooperação Portuguesa, havendo quase uma totalidade de ausência de atividades com ou direcionadas para esses países. Poucas foram, também, as Organizações Cívicas que demonstraram intenção de abordar estas questões, ainda que algumas, por força do envolvimento que têm com determinadas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, demonstrem intenção de se robustecerem com atividades sobre esta temática.

### Conclusão

O presente Estudo — com base na recolha de dados através da realização de entrevistas como forma de recolher uma amostra mais aprofundada e através da difusão de um questionário, via *online*, de modo a recolher uma amostra com dimensão mais robusta — procurou analisar o nível de conhecimento e de envolvimento dos jovens com as questões globais. O nosso foco assentava em questões como a Cidadania Global, a Educação para o Desenvolvimento e a Cooperação Portuguesa. Para isso, abordámos jovens com a idade limite de 30 anos, pertencentes a organizações de diferentes naturezas: Partidos Políticos/Juventudes Partidárias, Associações Estudantis de diversas Instituições de Ensino Superior e, ainda, diversas Organizações Cívicas, de diferente cariz.

Os resultados obtidos e sobre os quais nos debruçámos, anteriormente, de forma extensiva, foram elucidativos daquilo que é o interesse dos jovens portugueses, assim como as suas formas de ação prediletas.

Hoje em dia, o jovem português comum afasta-se da participação formal, dada a imagem negativa que tem dos atores e das organizações políticas, aproximando-se de atividades informais, mas procura não materializar o seu compromisso com as organizações. Demonstra não ter um perfil de "ativista" na sua conceção convencional, sendo relativamente poucos aqueles que, efetivamente, se envolvem de forma recorrente na prossecução de certos objetivos referentes a um determinado tema que apoie ou conteste, vagueando entre diferentes organizações pontuais, desde que referentes ao principal tema que esteja na atualidade.

No entanto, os mesmos jovens demonstram estar mais sensibilizados para questões globais, focando-se, efetivamente, nelas, procurando espaços em que possam emitir as suas opiniões e debater com outros indivíduos. Esses espaços são cada vez mais as redes sociais, muito em detrimento da participação presencial, o que motiva várias queixas, por parte de diversas organizações, sobre a dificuldade de mobilização dos jovens.

No que aos conceitos-chave do Estudo diz respeito, os jovens encontraram novas formas de participação, preferindo-as em detrimento dos modos de participação mais convencionais e percebem o que significa ser um "Cidadão do mundo", estando, muitas vezes, atentos a questões que considerem injustas, mesmo que não os afetando de qualquer forma, dada a sua relação e atenção cada vez mais óbvia face a questões de índole imaterial, como a promoção dos Direitos Humanos. Os jovens, atualmente, demonstram-se sensibilizados para as questões da Educação para o Desenvolvimento, defendendo a educação dos mais novos como a melhor ferramenta para promover um mundo mais justo. Relacionando-se com esta temática e conhecendo a sua aplicabilidade no "mundo real", ainda revelam falta de conhecimento formal direcionada para ela. Por fim, no que concerne à Cooperação Portuguesa, demonstram-se muito alheados daquilo que as Políticas de Cooperação defendem e promovem, conhecendo poucas medidas que já foram implementadas. Há um enorme afastamento da participação dos jovens em questões direcionadas para a Cooperação Portuguesa, não sendo comum encontrar um ou uma organização que se envolvam, diretamente, com essas questões.

No entanto, ainda que estas sejam as conclusões mais diretas que o Estudo procurava concretizar, há, ainda, uma outra conclusão que gostaríamos de evidenciar: as organizações portuguesas têm o hábito de atuar sozinhas. Poucas foram as organizações que, prontamente, referiram o estabelecimento de parcerias com outras, de forma a alcançarem os objetivos que, efetivamente, entre algumas delas partilham. Um entrevistado, a dada altura, refere mesmo: "Nós não colaboramos, nós promovemos atividades". Devemos, assim, fazer uma relativa ressalva em relação às Associações Estudantis, uma vez que foram elas que demonstraram ter maior cuidado e elencaram vários momentos de colaboração com outras Associações de natureza similar. Naturalmente, existem sempre exceções à regra, não querendo nós, com isto, insinuar que nenhum partido político ou nenhuma organização cívica colabora com outras associações similares, havendo variados exemplos que o comprovam. Alegamos, sim, com base na nossa recolha de amostra, que tal não constitui uma regra geral.

### Recomendações finais

As conclusões retiradas por este Estudo não devem ser indiferentes a quem procura captar a atenção dos jovens, mobilizar a sua energia e aproximá-los das suas estruturas. O envolvimento social nos diversos processos que dizem respeito à regência da vida pública é, naturalmente, um incentivo à participação dos cidadãos. Assim o foi, desde a conceção mais exclusiva de cidadania que remonta à Antiga Grécia, até aos dias de hoje, em que o cidadão considera, de forma cada vez mais acentuada, que as suas responsabilidades se expandem para lá das fronteiras do seu país, inclusive para o mundo digital.

Compete-nos, pois, desenvolver e promover algumas recomendações, para que o envolvimento dos jovens seja mais consequencial, para que as organizações levem a cabo a consecução dos seus objetivos e para que as questões globais sejam, também elas, mais promovidas. Assim, avançamos com as seguintes recomendações:

- Aos que têm o poder de decidir, aconselhamos uma maior atenção a questões globais através de Organizações oriundas da sociedade civil, nomeadamente no quadro das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, que têm desenvolvido muitos trabalhos, tendo em vista facilitar, posteriormente, o próprio papel dos Estados, uma vez que procuram atuar diretamente sobre e com os cidadãos, fomentando uma melhoria nas suas condições e na qualidade de vida;
- Aos decisores políticos, sugerimos que incentivem o reforço da promoção das políticas de Educação para o Desenvolvimento assim como as políticas da Cooperação Portuguesa, que ainda se revelam ser de pouco conhecimento geral;

- Aos atores políticos, recomendamos a promoção de políticas de verdadeira proximidade, de verdadeira auscultação, de verdadeira promoção do envolvimento dos jovens. Atualmente, os jovens estão descontentes com o papel que diversos decisores políticos têm desempenhado. No futuro, se tal circunstância não se alterar, poderão começar a questionar as próprias instituições. O afastamento formal deve ser motivo de alarme para quem ocupa lugares políticos. Se os cidadãos não se envolverem nos processos democráticos, a própria legitimidade das decisões democráticas poderá começar a ser posta em causa;
- Aos partidos políticos e, em particular, aos eventuais grupos de jovens mais ou menos organizados internamente nos partidos, aconselhamos a que procurem aproximar-se das restantes organizações cívicas. O presente Estudo, a dada altura, refere que uma das causas do afastamento das organizações cívicas e estudantis face aos partidos política se relaciona com a má imagem que eles têm, em geral, junto da sociedade. Por isso, deve ser feito um esforço adicional para combater essa má imagem, não apenas em comícios internos ou em publicações online, mas, também, com a promoção de políticas de verdadeira aproximação, mostrando-se disponíveis para, proativamente, auscultarem as necessidades das Organizações, sob o compromisso de serem um veículo promotor das suas opiniões para os devidos processos de tomadas de decisão;
- Às juventudes partidárias, aconselhamos que promovam políticas que reformem os seus funcionamentos internos. Não raras vezes, são vistas como uma antecâmara se quisermos, um mini-cosmos dos partidos que representem a sua "casa-mãe". Se os jovens olham com desconfiança para o atual funcionamento dos partidos políticos, por questões de lógica e consistência, eles terão de ter a mesma consideração face às juventudes partidárias. Não podem ser apenas ativos em momentos eleitorais, dado que isso despoletará o exercício de funções que, cada vez menos, interessam aos jovens que, como vimos, "fogem" cada vez mais de atividades formais. No entanto, a sua atividade recorrente não pode ser apenas dedicada a publicações nas redes sociais. A sua ação

pedagógica, social e cultural deve ser promovida de forma constante, como forma de transpor para o mundo palpável as discussões e os debates em que se envolvem virtualmente. Além disso, os processos de escolha dos representantes e detentores de cargos nas estruturas de juventudes partidárias (particularmente a nível nacional) devem ser repensadas e redesenhadas. Se o jovem estiver distante deste tipo de eleições, poderá não se sentir incentivado a intensificar o seu envolvimento, numa fase posterior;

- Às entidades públicas e privadas sugerimos que promovam mais atividades sobre temas globais, uma vez que os jovens têm aumentado o seu apoio a questões deste foro. Quando as Organizações verificam que o seu público-alvo está a diminuir ou que, simplesmente, não corresponde às expectativas, deve ser procurada uma solução interna que permita reenquadrar a Organização na comunidade em que se encontra;
- Às Organizações Cívicas, recomendamos que promovam mais parcerias entre si. Com muita facilidade, encontramos diversas organizações que partilham uma missão, partilham objetivos e, não raras vezes, partilham um público-alvo (ora na internet, partilhando um público-alvo mais amplo diferenciado por características sociais, etárias, entre outras, ora partilhando um público-alvo dada a proximidade geográfica entre organizações). Dado que um lamento comum é a dificuldade de mobilização dos jovens e a sua dispersão, as organizações devem fazer um esforço de desenvolverem atividades conjuntas, procurando agregar a vontade e a participação dos jovens em espaços mais comuns;
- Às Associações de Estudantes do Ensino Superior, sugerimos que otimizem o acolhimento, a integração e o relacionamento com estudantes oriundos dos PALOP, nomeadamente através de iniciativas conjuntas com Associações de Estudantes dos países desses estudantes, de forma a promoverem uma troca de testemunhos, partilha de opiniões e momentos de discussão entre ambas. Conhecendo a realidade dos outros, podemo-nos tornar mais conscientes da nossa própria realidade;

Às Associações de Estudantes do Ensino Obrigatório, ainda que não incluídas nas entrevistas e no questionário do estudo, fazemos uma elementar recomendação, atendendo à vasta literatura encontrada neste sentido: a promoção de projetos e programas escolares como o Parlamento dos Jovens (no qual tive a oportunidade de participar por diversas vezes e de onde retirei sempre motivação para participações futuras), o Parlamento Europeu Jovem em Portugal e demais programas similares, que permitam uma maior sensibilização dos jovens para as questões temáticas inerentes aos temas anuais deste tipo de programas e que, também, promovam a sua participação social e política, num sentido mais amplo.

### Bibliografia

- Agbaria, A. (2011). The Social Studies Education Discourse Community on Globalization: Exploring the Agenda of Preparing Citizens for the Global Age. *Journal of Studies in International Education*, *15*(1), 57–74. https://doi.org/10.1177/1028315309334645.
- Albernaz, V. (2020). *Parlamento dos Jovens: um contributo para o estudo da participação política dos jovens em Portugal* [Dissertação de Mestrado].
- Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? *Cadernos de Estudos Africanos*, *34*, 75–111. https://doi.org/10.4000/cea.2335.
- Araújo, A. (2006). *A Capacitação para o Desenvolvimento das ONGD Portuguesas* [Dissertação de Mestrado].
- Augusto, N. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *81*, 155–177.
- Azeredo, M. (2013). O papel das notícias na construção da participação cívica e política dos jovens em Portugal: Estudo de caso longitudinal (2010-2011) [Tese de Doutoramento].
- Banks, J. (2008). Diversity, Group Identity, and Citizenship Education in a Global Age. *Educational Researcher*, *37*(3), 129–139. https://doi.org/10.3102/0013189x08317501.
- Bennett, W., Freelon, D., & Wells, C. (2011). Communicating Civic Engagement: Contrasting Models of Citizenship in the Youth Web Sphere. *Journal of Communication*, *61*(5), 835–856. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2011.01588.x.
- Braga da Cruz, M. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, *21*(87/88/89), 1067–1088.
- Braga da Cruz, M. (1990). A participação política da juventude em Portugal: As elites políticas juvenis. *Análise Social*, *25*(105), 223–249.

- Bruter, M., & Harrison, S. (2009). Tomorrow's Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies. *Comparative Political Studies*, *42*(10), 1259–1291. https://doi.org/10.1177/0010414009332463.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, *35*(154/155), 85–113.
- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Activismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 27–47. https://doi.org/10.7458/spp2016826977.
- Cardoso, F., Faria, F., & Ferreira, P. (2015). *O Papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento: Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa*. Instituto Marquês de Valle Flôr.
- Castells, M. (2009). Communication Power. Oxford University Press.
- Castelo Branco, L. (2012). A Cooperação Portuguesa em São Tomé e Príncipe. Actas Do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa Perspectiva Interdisciplinar, Diacrónica e Sincrónica, 571–578.
- Cavaco, R., & Oliveira, A. (2019). *A Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa e Europeia: um compromisso para o futuro?* Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Choi, M. (2016). A Concept Analysis of Digital Citizenship for Democratic Citizenship Education in the Internet Age. *Theory & Research in Social Education*, *44*(4), 565–607. https://doi.org/10.1080/00933104.2016.12105 49.
- Costa Lobo, M., Ferreira, V., & Rowland, J. (2015). *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*. Instituto de Ciências Sociais.
- Costa Pinto, A., de Sousa, L., & Magalhães, P. (2013). *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Costa, E., & Silva, P. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Dahlgren, P. (2011). Young Citizens and Political Participation Online Media and Civic Cultures. *Taiwan Journal of Democracy*, 7(2), 11–25.
- Dahlgren, P. (2012). Reinventing Participation: Civic Agency and the Web Environment. *Geopolitics, History, and International Relations*, *4*(2), 27–45. https://doi.org/10.2307/26804897.
- Dias, S. (2014). Jovens e Política: O papel e uso dos novos media sociais (Internet e redes virtuais) no envolvimento cívico e político dos jovens cidadãos [Dissertação de Mestrado].
- Faria, R. (2012). A Política de Cooperação para o Desenvolvimento no Contexto da Crise Económica do Século XXI: O Caso Português. Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento.
- Fernandes-Jesus, M., Loff, M., Menezes, I., Nata, G., & Silva, M. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: A participação política de jovens vista por dentro*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, P. (2008). Associações e Democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, *57*, 109–130.
- Ferreira, V., Costa Lobo, M., Rowland, J., & Sanches, E. (2017). *Geração milé-nio? Um retrato social e político*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Fonseca, T. (2019). The internet as a global playground: young citizens and informal spaces of agency, a Portuguese case study. *Mind, Culture, and Activity*, *26*(4), 353–370. https://doi.org/10.1080/10749039.2019.1683208.
- Fukuyama, F. (1996). *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. Free Press.
- Guerra, S. (2021). O Impacto da Cooperação Portuguesa no Desenvolvimento em Cabo Verde: O caso da Ilha do Maio [Dissertação de Mestrado].
- Governo de Portugal (2014). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014, Lisboa.
- Hermes, J. (2006). Citizenship in the Age of the Internet. *European Journal of Communication*, *21*(3), 295–309. https://doi.org/10.1177/0267323106066634.

- Isin, E., & Ruppert, E. (2020). *Being Digital Citizens*. Rowman & Littlefield International.
- Kennedy, P. (1993). *Preparing for the twenty-first century*. Vintage Books.
- Kenski, K., & Stroud, N. (2006). Connections Between Internet Use and Political Efficacy, Knowledge, and Participation. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, *50*(2), 173–192. https://doi.org/10.1207/s15506878jobem5002\_1.
- Kirkwood, T. (2001). Our Global Age Requires Global Education: Clarifying Definitional Ambiguities. *The Social Studies*, *92*(1), 10–15. https://doi.org/10.1080/00377990109603969.
- Lopes, J. (2017). A Educação para a Cidadania Global e as Juventudes Partidárias: o caso do Concelho de Loures. AID Global.
- Lourenço, J., & Sebastião, S. (2016). As fontes de informação digitais sobre política: estudo exploratório com jovens adultos portugueses. *Observatorio Journal*, *10*(1), 125–135.
- Magalhães, P. (2005). Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal. *West European Politics*, *28*(5), 973–991.
- Magalhães, P. (2008). Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. *Análise Social*, *43*(188), 473–504.
- Magalhães, P. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mair, P., Poguntke, T., & van Biezen, I. (2011). Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, *51*(1), 24–56. https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x.
- Menezes, I., Ribeiro, N., & Neves, T. (2014). Educação para a Cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo Sem Fronteiras*, *14*(3), 12–31.
- Mesquita, A. (2005). *A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento* (pp. 1–21). Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- Monteiro, R. (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Morris, P., & Oxley, L. (2013). Global Citizenship: A Typology for Distinguishing its Multiple Conceptions. *British Journal of Educational Studies*, *61*(3), 301–325. https://doi.org/10.1080/00071005.2013.798393.
- Mourato, I. (2011). *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP: Contributos do Ensino Superior Politécnico* [Dissertação de Mestrado].
- Moyo, D. (2009). *Dead aid: Why aid is not working and how there is a better way for Africa*. Penguin Books.
- Norris, P. (2002). *Democratic Phoenix: Agencies, Repertoires, & Targets of Political Activism*. Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston.
- Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, *39*(172), 547–569.
- Robertson, R. (1992). *Globalization: Social Theory and Global Culture*. SAGE Publications.
- Sangreman, C. (2007). *A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Portugal: Portugal e APD*. Universidade de Aveiro.
- Shultz, L. (2007). Educating for Global Citizenship: Conflicting Agendas and Understandings. *The Alberta Journal of Educational Research*, *53*(3), 248–258.
- Sloam, J. (2016). Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, *18*(3), 521–537. https://doi.org/10.1177/1369148116647176.
- Thomas, A. (2000). Development as practice in a liberal capitalist world. *Journal of International Development*, *12*(6), 773–787. https://doi.org/3.0.co;2-7.">10.1002/1099-1328(200008)12:6<773::aid-jid716>3.0.co;2-7.
- Universidade Católica Portuguesa. (2014). *Geração 2020: O futuro de Portugal aos olhos dos universitários* (pp. 1–19). Universidade Católica Portuguesa.

### **Anexos**

#### Anexo 1 Guião das Entrevistas

#### Primeira parte da Entrevista:

- 1. A organização (em si, não apenas numa perspetiva individual dos seus membros integrantes) que representa procura ter uma participação social e política ativa?
  - 1.1. Como caracteriza a sua participação social e política?
  - 1.2. Como caracteriza a participação social e política dos membros pertencentes à organização que representa?
- 2. Os membros integrantes da sua Associação (Estudantil/Juvenil) também participam ativamente em Juventudes Partidárias / Os membros integrantes da sua Juventude Partidária também participam ativamente em Associações Estudantis/Juvenis?
- 3. Quais os temas que considera conseguirem mobilizar com mais facilidade os jovens?
  - 3.1. De que forma é feita essa mobilização?
- 4. Como vê a articulação entre as novas tecnologias e a participação social e política dos jovens?
  - 4.1. Que redes sociais utilizam para comunicar e transmitir informação?
  - 4.2. Qual a frequência da alimentação destas redes?
- 5. Qual considera ser o papel dos atores políticos (englobando representantes políticos e governantes) para o desenvolvimento de uma cidadania ativa?
  - 5.1. Considera que os jovens estão mais afastados ou mais próximos da política?

#### Segunda parte da Entrevista:

- 1. Conhece a Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
  - 1.1. A sua associação realiza/realizou atividades com vista à prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?
  - 1.2. Na sua associação são tratadas as questões das Alterações Climáticas? O mesmo para "migrações", "refugiados"; "igualdade de género"; "consumo sustentável"; "racismo"?
  - 1.3. Estes temas são tratados através de:
  - i. Debates
  - ii. Atividades de intervenção
- 2. Conhece os conceitos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global?
  - 2.1. Conhece a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento?
  - 2.2. Já participaram em atividades de Educação para o Desenvolvimento?
- 3. Conhece as atividades da Cooperação Portuguesa?
- 4. A sua associação desenvolve projetos ou atividades com países do Sul Global (em particular com PALOP)?

#### Conclusão da Entrevista:

1. Quer fazer algum comentário final?

#### Anexo 2 Perguntas do Questionário

- 1. Idade:
- 2. Como tiveste acesso a este Questionário? (Escolha múltipla)
  - a. Através do meu Partido Político/Juventude Partidária;
  - b. Através da minha Associação de Estudantes/Associação Académica;
  - c. Através da Associação a que pertenço;
  - d. Através de redes sociais;
  - e. Outro.
- 3. Procuras ter uma participação social e política ativa? (Escolha múltipla)
  - a. Sim;
  - b. Não.
- 4. Como caracterizas a tua participação? (Caixas de verificação)
  - a. Sou militante de um partido político;
  - b. Sou dirigente de uma Associação de Estudantes;
  - c. Participo em circunstâncias pontuais com diversas organizações;
  - d. Participo em manifestações;
  - e. Não costumo participar.
- 5. No geral, que balanço fazes da participação dos jovens, atualmente? (Escolha múltipla)
  - a. Muito pouca participação;
  - b. Pouca participação;
  - c. Participação razoável;
  - d. Boa participação;
  - e. Muito boa participação.

- 6. Quais destas problemáticas mobilizam mais os jovens? (Caixas de verificação)
  - a. Direitos Humanos;
  - b. Emprego;
  - c. Acesso à habitação;
  - d. Refugiados;
  - e. Racismo;
  - f. Clima;
  - g. Desenvolvimento dos "Países em Desenvolvimento";
  - h. Igualdade de Género.
- 7. Qual a melhor estratégia de mobilização dos jovens? (Escolha múltipla)
  - a. Militância partidária;
  - b. Ativismo;
  - c. Apenas exercício do voto;
  - d. Participação pontual em manifestações.
- 8. Como vês a articulação entre as novas tecnologias e a participação social e política dos jovens? (Escolha múltipla)
  - a. As redes sociais vieram piorar a ligação entre os jovens e a política;
  - b. As redes vieram incentivar a participação dos jovens;
  - c. As redes sociais tornaram-se no canal predileto de participação dos jovens.
- 9. Quais as redes sociais que mais utilizas para procurar e obter informação? (Caixas de verificação)
  - a. Facebook;
  - b. Instagram;
  - c. Twitter;
  - d. TikTok:
  - e. Outra opção.

- 10. Qual consideras ser o papel dos atores políticos para o desenvolvimento de uma cidadania global ativa? (Escolha múltipla)
  - a. Nenhuma ação requerida necessariamente;
  - b. Auscultar e incentivar a participação dos jovens;
  - c. Criar mecanismos formais para a participação dos jovens;
  - d. Criar mecanismos digitais para a participação dos jovens.
- 11. Consideras que os jovens estão mais afastados ou mais próximos da política? (Caixas de verificação)
  - a. Mais afastados dos partidos;
  - b. Mais próximos dos partidos;
  - c. Mais afastados de manifestações/ativismo;
  - d. Mais próximos de manifestações/ativismo.
- 12. Conheces a Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? (Escolha múltipla)
  - a. Sim;
  - b. Não.
- 13. Conheces o conceito de Cidadania Global? (Escolha múltipla)
  - a. Sim;
  - b. Não.
- 14. Sabe quais são os objetivos da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global? (Escolha múltipla)
  - a. Sim:
  - b. Não.
    - 14.1. Se respondeste "sim" à pergunta anterior, descreve o que entendes por Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global. (Parágrafo)
- 15. Conheces a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento? (Escolha múltipla)
  - a. Sim:
  - b. Não.

- 16. Conheces as atividades de Cooperação Portuguesa? (Escolha múltipla)
  - a. Sim;
  - b. Não.
- 17. Já participaste em atividades de colaboração e parceria com outro país da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) que não o teu? (Escolha múltipla)
  - a. Sim;
  - b. Não.

#### Anexo 3 Lista dos jovens entrevistados

Juventudes Partidárias / Partidos Políticos:

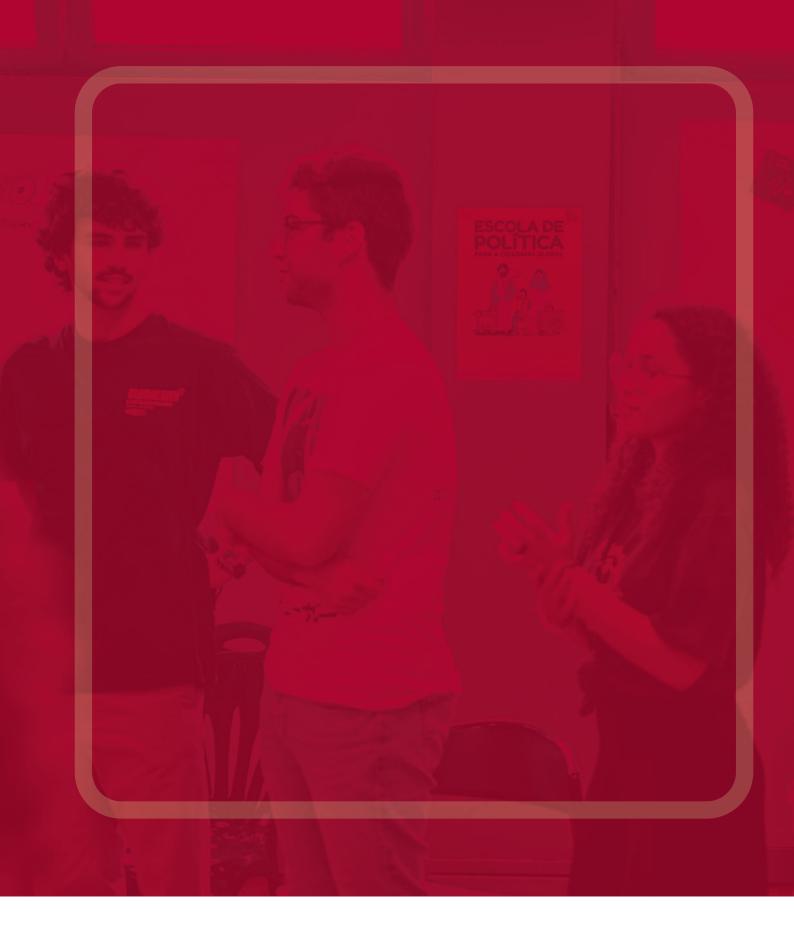
- Alexandre Poço Juventude Social Democrata;
- · Francisco Camacho Juventude Popular;
- Leonor Rosas Bloco de esquerda;
- Miguel Costa Matos Juventude Socialista;
- Patrícia Gilvaz Iniciativa Liberal;
- Tomás Cardoso Pereira Livre.

#### Associações Estudantis:

- Ana Gabriela Cabilhas Federação Académica do Porto;
- Bruno Cruz ELSA Portugal;
- Catarina Preto Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa;
- Duarte Lopes Associação Académica da Universidade do Minho;
- Fábio Zacarias Associação Académica da Universidade do Algarve;
- Inês Caldeira Associação de Estudantes do ISCTE;
- João Machado Federação Académica de Lisboa;
- Miguel Parente Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

#### Associações Cívicas:

- Adriana Cardoso Academia Apartidária;
- Alice José DYPALL Network;
- Bruno Mota Escuteiros;
- Francisco Araújo Os 230;
- João Santos Info Youth;
- Mamadu Djaló Projeto MUNTU-Contrariar o Machismo;
- Maria Miguel Silva Associação de Voluntariado Universitário;
- Ricardo Gonçalves AJM Conectados;
- Rita Carvalho Speak;
- Rui Oliveira Conselho Nacional da Juventude.



Projeto:

Promotor:





Cofinanciador:



















